

ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DE VIÇOSA DO CEARÁ ^N

MARIA INÊS MAPURUNGA DE MIRANDA FERREIRA ⁴¹⁴⁸³

Monografia submetida à Coordenação do Curso de
Especialização em Economia dos Recursos Naturais
Renováveis e Política Ambiental, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Especialista, sob a
orientação do Prof. José Ribamar Furtado de Souza -
Ph.D.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

1995



AGRADECIMENTOS

A Autoridade competente para a concessão do título

ao Prof. José Ribamar Furtado de Saes, pela orientação, incentivo e apoio

à Prof. Maria Inez de Oliveira M. Braga, pelo seu desengajado trabalho e realização do curso

ao Conselheiro Prof. Roberto Claudio de Almeida Cavalcini, pela aprovação na Escola de Pós-graduação em Ciências, por acreditar em mim

ao IBRAC - Instituto de Investimentos e Atividades de Gestão do Ceará, pelo empréstimo do material utilizado neste trabalho

Ao Director e à Direção da Instituição que me acolheu em 1980

aos amigos que, durante o curso, dividiram comigo a Bolsa de CAPES

aqueles pessoas iluminadas (Mônica Regina, Verônica, Fátima, Nádia, Elaine, Silveira, Tarcia, Cristina, Marina e Marcos Aurélio) pelo compartilhamento da amizade de outros dias

aos colaboradores da equipe - Fabiana e Mônica, pela orientação bibliográfica

Aos meus pais, Alfredo e Terezinha, que muito contribuíram para minha formação.

Ao meu marido, Marcos Aurélio, e à minha filha Marina, pelo amor e compreensão.

À minha grande amiga Célida, pelo incentivo constante,

Dedico este estudo.

AGRADECIMENTOS

A Autora expressa seus agradecimentos:

ao Prof. José Ribamar Furtado de Souza, pela orientação, incentivo e apoio;

à Prof^a Maria Irlles de Oliveira Mayorga, pelo seu desempenho visando à realização do curso;

ao Conselheiro Prof. Roberto Cláudio de Almeida Carvalho, pelo apoio;

às Escolas de Viçosa do Ceará, por acreditarem em mim;

ao IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, pelo empréstimo do material utilizado neste trabalho;

à todas as outras instituições que me acolheram tão bem;

aos colegas que, durante o curso, dividiram comigo a bolsa da CAPES;

àquelas pessoas iluminadas (Marcos, Regina, Verônica, Patrício, Valmir, Célida, Silveira, Tereza Cristina, Marina e Marcos Aurélio) pelas manifestações de amizade desinteressada;

às bibliotecárias Margareth, Fabíola e Mônica, pela orientação bibliotécnica;

ao Corpo Docente do Curso de Especialização em Economia dos Recursos Naturais Renováveis e Política Ambiental, do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC);

ao Prof. João Vianney Campos Mesquita, pelo criterioso trabalho de revisão.

a todos os funcionários do Departamento de Economia Agrícola;

a todos aqueles que, de algum modo contribuíram, para a elaboração e realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	vi
	LISTA DE FIGURAS	vii
	RESUMO	viii
1	INTRODUÇÃO	1
2	O MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ: APRESENTANDO O CENÁRIO DE ESTUDO	3
3	A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O QUADRO DE ANÁLISE	15
	3.1. O Desenvolvimento: um resumo histórico	15
	3.2 Desenvolvimento sustentável: de sua origem à atualidade ..	26
4	O PROBLEMA E SEU CONTEXTO	42
5	A INVESTIGAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS	58
6	A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE VIÇOSA DO CEARÁ: CONCENTRADORA E/OU FRACIONADA?	60
7	IMPLICAÇÕES DO ESTUDO: CONCLUSÕES	68
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
9	APÊNDICE	74

LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
1	Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e censitário do IBGE - Brasil	51
2	Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e censitário do IBGE - Ceará	52
3	Dimensão de módulo por tipo de exploração	56
4	Evolução da estrutura fundiária de Viçosa do Ceará nos anos 1970/1975/1980/1985	63
5	Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e censitário do IBGE para o Município de Viçosa do Ceará	64
6	Laudo fundiário do Município de Viçosa do Ceará	65

RESUMO

O presente trabalho tenta mostrar as possíveis implicações da estrutura fundiária para o desenvolvimento sustentável do Município de Viçosa do Ceará - Estado do Ceará - Brasil.

Isso foi possível através de dados levantados por três instituições (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujas metodologias de trabalhos são diferentes, porém convergem para um mesmo ponto, isto é, são unânimes em apontar para a existência de grandes áreas ocupadas por uma ínfima parcela da população, enquanto uma grande maioria ocupa áreas abaixo daquelas permitidas por lei.

A partir de entrevistas feitas junto à população local, e com técnicos, foi observado que tem havido declínio na produtividade e quase não há conservação dos recursos naturais, além de ser pertinente a 'ociosidade' de vários hectares de terra

A monografia expõe seus resultados os quais demonstram, por um lado, a concentração de terras em mãos de poucos, e por outro lado, grande fracionamento dessas terras, evidenciando uma estrutura fundiária em desequilíbrio, o que é contrário aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Finaliza mostrando que a intenção desse estudo é servir de subsídio para a definição de políticas agrárias e agrícolas no Município.

1 INTRODUÇÃO

Um dos problemas mais sérios, bastante evidenciado na questão agrária brasileira, como também do nosso Estado, está relacionado à estrutura fundiária. De um lado, se destaca a grande concentração de terras em mãos de poucos e, por outro lado, um grande fracionamento, evidenciando o uso intensivo dos recursos naturais de forma a exauri-los no ecossistema (INCRA, 1991; IBGE, 1985).

Com essas disparidades, poderão surgir problemas de ordem social, econômica e ecológica, intrinsecamente ligados. Segundo SANTOS (1991), se houvesse uma distribuição mais justa das riquezas e uma política de alocação de recursos mais democrática, seria possível ocupar os espaços de maneira mais desconcentrada e, portanto, mais harmoniosa com a natureza.

O locus da pesquisa é o município de Viçosa do Ceará, inserido na microrregião geográfica -62 - Ibiapaba (IPLANCE, 1994).

Esse município tem demonstrado através dos anos uma crescente dilapidação dos seus recursos naturais (conforme informações apresentadas no texto), podendo ocasionar um empobrecimento de sua população, consoante aludido por Pronk e Haq, quando conceituam desenvolvimento sustentável.

A presente pesquisa de cunho descritivo, procurou, nos moldes preconizados por GIL (1991), através de levantamentos bibliográficos e documentais, como também por meio de dados primários, saber quais as possíveis implicações da Estrutura Fundiária que poderão surgir na prática, admitindo o conceito de desenvolvimento sustentável, formulado por PRONK e HAQ (1992), para quem se trata de "um processo em que a política econômica, fiscal, comercial, energética, agrícola, industrial e de outra ordem se formulam de maneira a obter um desenvolvimento que seja sustentável desde o ponto de vista econômico, social e ecológico".

A monografia compreende as seguintes etapas:

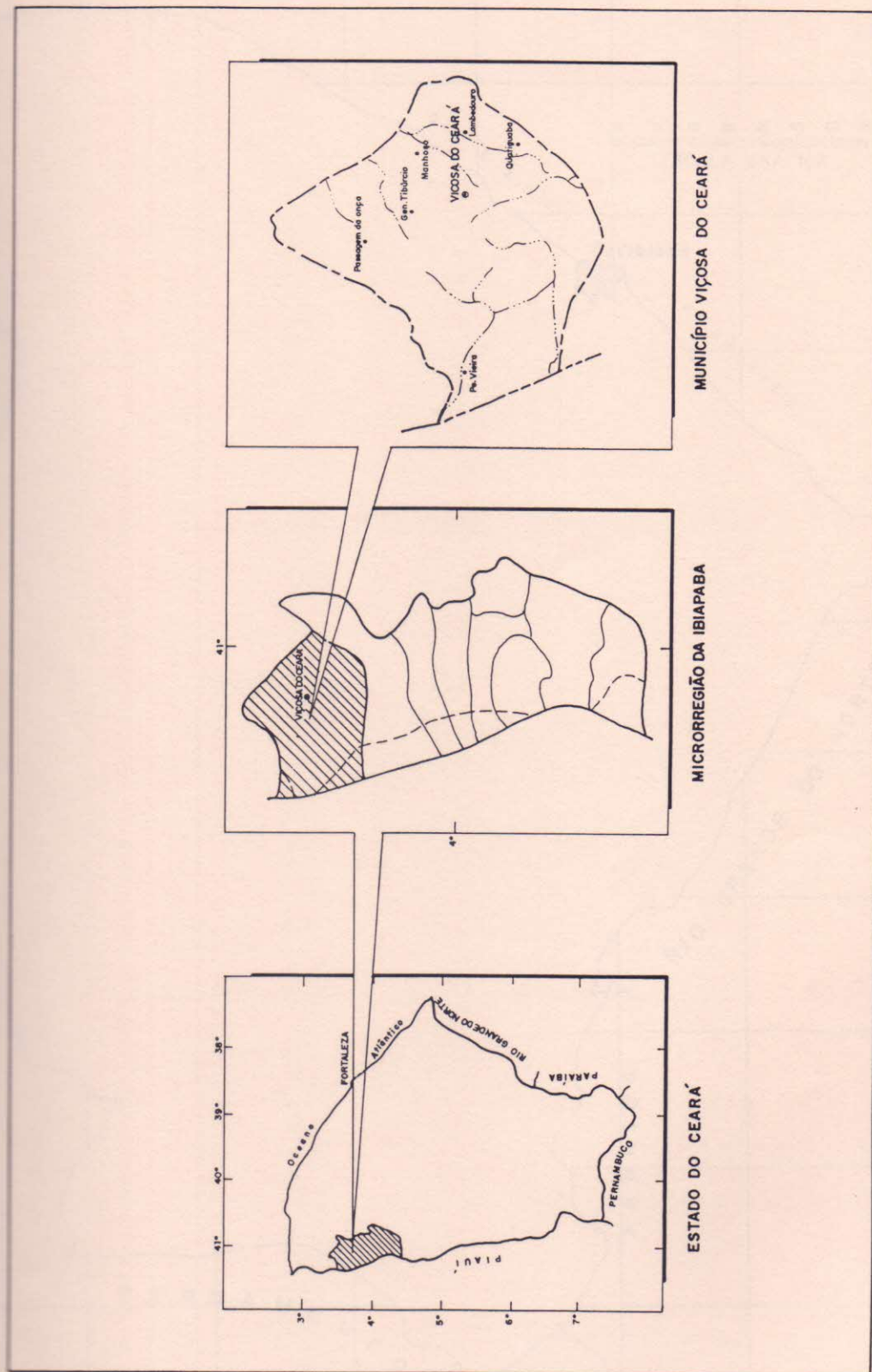
Primeiramente, temos o cenário de estudo dando uma visão geral dos aspectos ecológicos, econômicos e sociais que caracterizam o ecossistema da área em estudo, partindo de uma área macro para uma área micro (Ceará, Ibiapaba, Viçosa do Ceará);

Em seguida, é apresentada a fundamentação teórica procurando embasar cientificamente o estudo (A Estrutura fundiária na perspectiva do desenvolvimento sustentável: o quadro de análise) e seus subítens. (O Desenvolvimento: um resumo histórico; Desenvolvimento sustentável: de sua origem a atualidade.

Seqüenciando, noutro passo, são apresentados o problema e o seu contexto, para, logo após, termos a investigação: métodos e técnicas. Noutro segmento do ensaio, são dispostos os resultados e a discussão, sob o subtítulo de: A Estrutura fundiária de Viçosa do Ceará: concentradora e/ou fracionada?

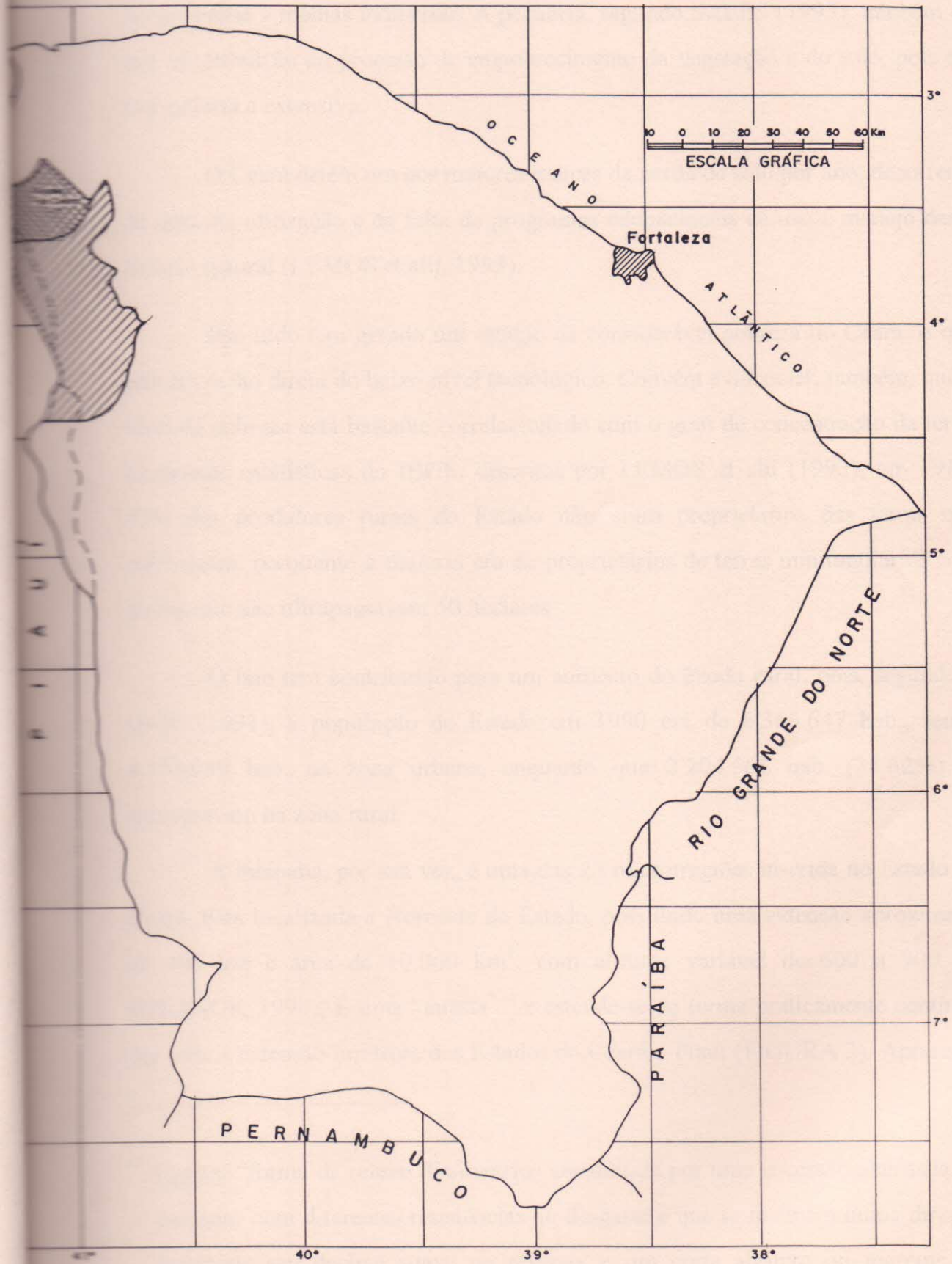
Ao final, delineiam-se os resultados gerais obtidos, sobre os quais são levantadas, discutidas e respondidas as questões cruciais e indiscartáveis, como indicadoras para um repensar do estabelecimento de políticas agrárias e agrícolas para o Município de Viçosa do Ceará.

FIGURA 1 - Localização do Município de Viçosa do Ceará no Estado do Ceará e na microrregião da Ibiapaba



Fonte: IPLANCE (1989), SUDENE (1977).

FIGURA 2 - O Estado do Ceará.



Fonte: IPLANCE (1989).

em pequenas e médias indústrias. A pecuária, segundo SALES (1993), também dá sua contribuição ao processo de empobrecimento da vegetação e do solo, pois em sua maioria é extensiva.

O Ceará detém um dos maiores índices de perda de solo por ano, decorrente de uma má utilização e da falta de programas educacionais de uso e manejo desse recurso natural (LEMOS et alii, 1993).

Isso tudo tem gerado um estágio de considerável pobreza no Ceará, o que está em razão direta do baixo nível tecnológico. Convém evidenciar, também, que o nível de pobreza está bastante correlacionado com o grau de concentração da terra. Consoante estatísticas do IBGE, descritas por LEMOS et alii (1993), em 1985, 47% dos produtores rurais do Estado não eram proprietários das terras que cultivavam, porquanto a maioria era de proprietários de terras minifundiários com glebas que não ultrapassavam 50 hectares.

O fato tem contribuído para um aumento do êxodo rural, pois, segundo o IBGE (1991), a população do Estado em 1990 era de 6.366.647 hab., sendo 4.158.059 hab. na zona urbana, enquanto que 2.204.561 hab. (34,62%) se encontravam na zona rural.

A Ibiapaba, por sua vez, é uma das 23 microrregiões inserida no Estado do Ceará. Está localizada a Noroeste do Estado, possuindo uma extensão aproximada de 400 km e área de 10.000 km², com altitude variável de 600 a 900 m. (IPLANCE, 1994). É uma "cuesta*" e estende-se de forma praticamente contínua por toda a extensão limítrofe dos Estados do Ceará e Piauí (FIGURA 3). Apresenta

* Cuesta: "forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão alternada de camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção formando um declive suave no reverso, e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente da cuesta (GUERRA, 1993).

anualmente alta pluviosidade e dois períodos climáticos bem distintos: um úmido e relativamente frio, ocorrendo nos meses de janeiro a julho, e outro seco, com temperaturas mais elevadas, ocorrendo de agosto a dezembro.

A microrregião citada apresenta três áreas distintas, segundo o IPLANCE (1994): área do sertão, área úmida e área de carrasco. São diferenciadas principalmente pelo tipo de relevo, de vegetação e pelos variados tipos de solos que lá se encontram.

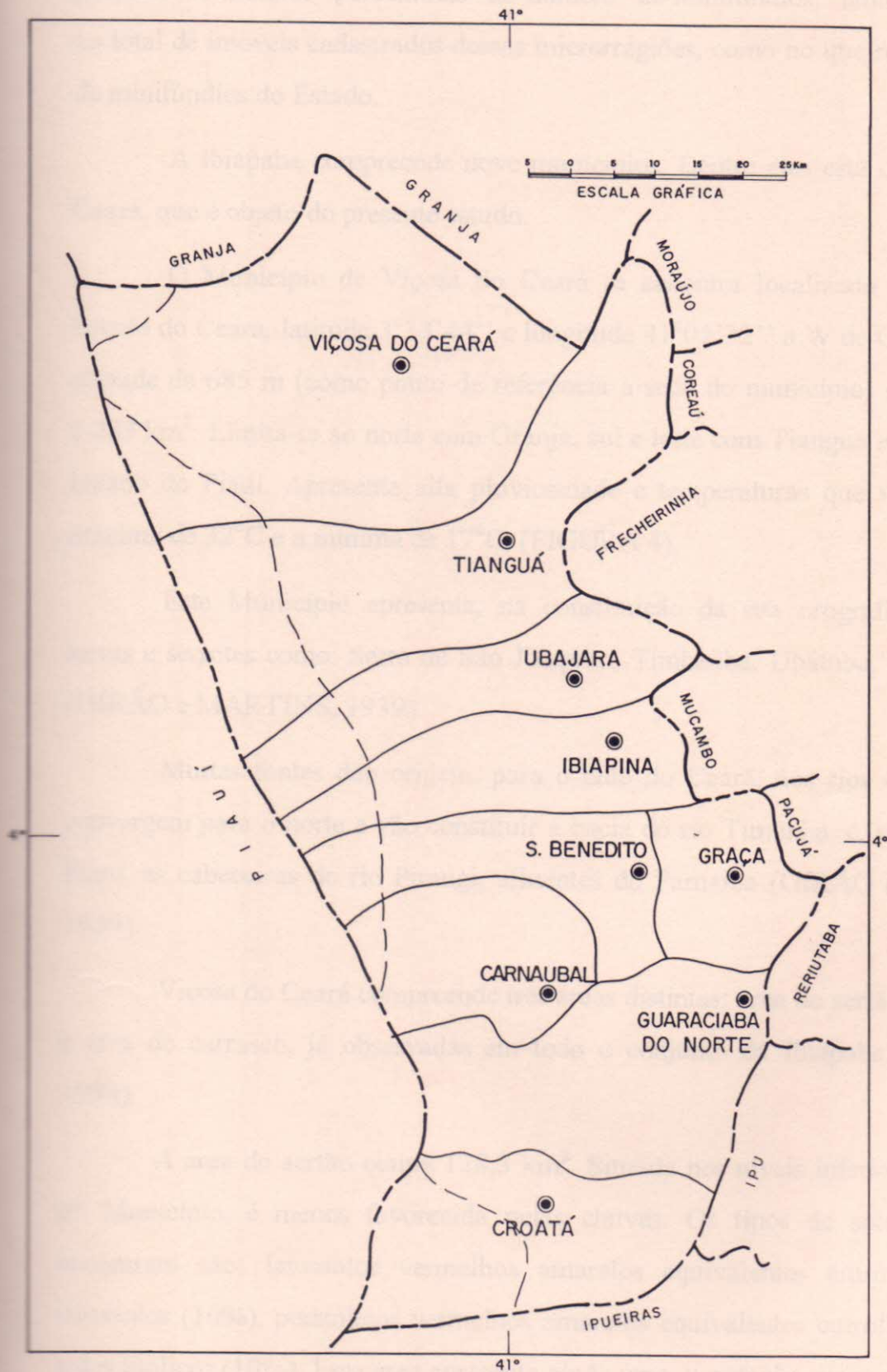
Estes solos têm-se apresentado susceptíveis à erosão, bastante acentuada e, em certos casos, severa, evidenciada pelo sistema de uso atual, que não dispõe de uma planificação conservacionista, identificada pela ocorrência de índices de erosividade das chuvas e de erodibilidade dos solos em níveis elevados, ocasionando altas taxas de perdas de solos, nutrientes e água. Somando a isso, a baixa fertilidade natural dos solos provocou o uso intensivo de adubos e defensivos, sendo que a adubação não é conduzida de forma racional. A mecanização é outro fator que vem contribuindo para a aceleração dos processos erosivos do solo, provocando o aparecimento de solos truncados e um estágio mais avançado de erosão, com o aparecimento de sulcos, além de outras consequências, como o assoreamento do leito dos rios e de alguns reservatórios, diminuição do manancial do leito dos rios e outros (IPLANCE, 1994).

Os desmatamentos que têm ocorrido não só tem contribuído para o aumento da erosão hídrica como também para a erosão eólica (IPLANCE, 1994).

Esses fatores refletem na economia da região, antes tão desenvolvida pela agricultura e hoje buscando reforço na atividade turística.

A população da Ibiapaba, conforme os resultados do censo demográfico do IBGE (1991) é de 223.796 hab., sendo 85.930 hab. da zona urbana e 137.866 hab. da zona rural, o que não evidencia um processo de êxodo rural. A sua estrutura fundiária confirma um maior número de estabelecimentos em áreas inferiores a 10 ha.

FIGURA 3 - A Ibiapaba



Fonte: IPLANCE (1989)

Segundo o INCRA (1985), a Ibiapaba e a microrregião do Baixo Jaguaribe possuem os maiores percentuais do número de minifúndios, tanto com relação ao total de imóveis cadastrados dessas microrregiões, como no que respeita ao total de minifúndios do Estado.

A Ibiapaba compreende nove municípios. Dentre eles está o de Viçosa do Ceará, que é objeto do presente estudo.

O Município de Viçosa do Ceará se encontra localizado a noroeste do Estado do Ceará, latitude $3^{\circ}33'44''$ e longitude $41^{\circ}05'32''$ a W de Gr. Possui uma altitude de 685 m (como ponto de referência a sede do município) e uma área de 1.283 km^2 . Limita-se ao norte com Granja, sul e leste com Tianguá e a oeste com o Estado do Piauí. Apresenta alta pluviosidade e temperaturas que variam entre a máxima de 32°C e a mínima de 17°C , (FIGURA 4).

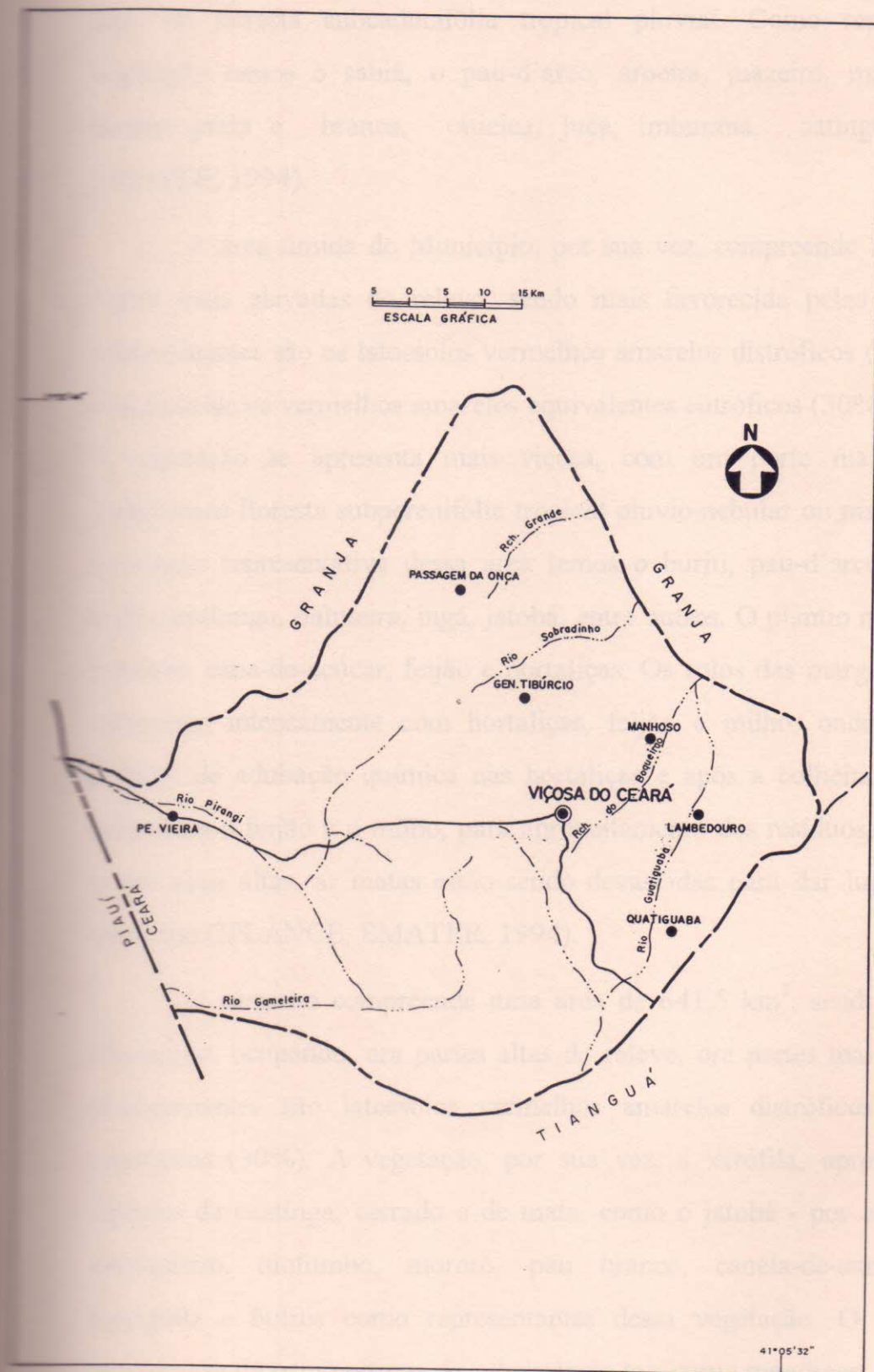
Este Município apresenta, na constituição da sua orografia acidentada, serras e serrotes como: Serra de São Joaquim, Timbaúba, Ubatuba, Sítio, Juá etc. (GIRÃO e MARTINS, 1939).

Muitas fontes dão origem, para o lado do Ceará, aos rios e ribeiros que convergem para o norte e vão constituir a bacia do rio Timonha, e, para o lado do Piauí, as cabeceiras do rio Pirangi, afluentes do Parnaíba (GIRÃO e MARTINS, 1939).

Viçosa do Ceará compreende três áreas distintas: área do sertão, área úmida e área do carrasco, já observadas em todo o conjunto da Ibiapaba. (IPLANCE, 1994).

A área do sertão ocupa $128,3 \text{ km}^2$. Situada nos níveis inferiores do relevo do Município, é menos favorecida pelas chuvas. Os tipos de solos que lá se encontram são: latossolos vermelhos amarelos equivalentes eutróficos (60%), vertssolos (10%), podzólicos vermelhos amarelos equivalentes eutróficos (20%) e solos litólicos (10%). Essa área apresenta ainda uma vegetação cujas espécies são

FIGURA 4 - O Município de Viçosa do Ceará.



Fonte: SUDENE (1977).

próprias da mata seca como da caatinga arbórea, e é, por isso, chamada de mata seca ou floresta subcaducifólia tropical pluvial. Como representantes dessa vegetação temos o sabiá, o pau-d'arco, aroeira, juazeiro, marmeleiro, angico, jurema preta e branca, oiticica, jucá, imburana, catingueira (IPLANCE, EMATER, 1994).

A área úmida do Município, por sua vez, compreende 513,2 km². Ocupa partes mais elevadas do relevo, sendo mais favorecida pelas chuvas. Os solos predominantes são os latossolos vermelhos amarelos distróficos (70%) na chapada, e os podzólicos vermelhos amarelos equivalentes eutróficos (30%) na vertente leste. A vegetação se apresenta mais viçosa, com um porte mais elevado, sendo considerada floresta subperenifólia tropical pluvio-nebular ou matas úmidas. Como vegetação representativa dessa área temos o buriti, pau-d'arco roxo e amarelo, cedro, mulungu, palmeira, ingá, jatobá, entre outros. O plantio mais intenso é o de fruteiras, cana-de-açúcar, feijão e hortaliças. Os solos das margens ribeirinhas são cultivados intensamente com hortaliças, feijão e milho, onde somente adotam práticas de adubação química nas hortaliças e após a colheita destas é que são cultivados o feijão e o milho, para aproveitamento dos resíduos de adubos. Já nas partes mais altas, as matas estão sendo devastadas para dar lugar às culturas de maracujá (IPLANCE, EMATER, 1994).

O carrasco compreende uma área de 641,5 km², sendo a maior área do Município, ocupando, ora partes altas do relevo, ora partes mais baixas. Os solos predominantes são latossolos vermelhos amarelos distróficos (70%) e areias quartzosas (30%). A vegetação, por sua vez, é xerófila, apresentando algumas espécies da caatinga, cerrado e de mata, como o jatobá - por exemplo - além de marmeleiro, mofumbo, mororó, pau branco, canela-de-cunhã, vassourinha, barriguda e outros como representantes dessa vegetação. O seu plantio mais intensivo se dá com culturas de subsistência tais como mandioca, milho e feijão nas partes mais altas. Enquanto isso na partes baixas, se explora a cultura de frutas e

espécies hortícolas que ficam próximas das fontes d'água, tais como poços e cacimbões.

Os solos do Município, segundo dados da EMATER (1994), em geral apresentam baixa fertilidade, destacando-se os podzólicos, cuja fertilidade varia de baixa a média. Quanto à acidez, esta é considerada alta, principalmente na área do carrasco, necessitando, portanto, de um prévio programa de calagem antes de qualquer cultivo.

Os solos têm sido utilizados única e exclusivamente para as práticas de agricultura, tais como plantios de fruteiras, hortaliças e culturas de subsistência bem como para práticas de criatório extensivo. Tradicionalmente são usadas a leira, e o plantio em covas com uso de enxada e capina manual, observando-se sob essa técnica absolutamente anacrônica, um desgaste do solo agrícola em torno de 30% a 40% (EMATER, 1994), (FOTO 1 no APÊNDICE).

Em geral, não se pratica conservação dos solos, sendo o plantio feito, inclusive, morro abaixo. A conservação está limitada somente ao uso da adubação orgânica e química do solo, bem como a rotação de culturas feitas após o plantio de hortaliças (EMATER, 1994), (FOTO 2 no APÊNDICE).

Segundo a EMATER (1994), 220 km² da área úmida se encontra degradada, em razão das queimadas e em conseqüência do uso intensivo do solo sem tecnologia adequada. A prova deste quadro se confirma pela baixa produção das culturas locais nos últimos anos. Técnicos agrícolas da EMATER comentam que antes se conseguia 12 t/ha de mandioca, enquanto nos dias de hoje a produção caiu para 6t/ha. O milho é outro exemplo: produzia 800 kg/ha e atualmente a produção caiu para 400 kg/ha. (FOTO 3 no APÊNDICE).

Segundo o IBGE (1993), houve declínio na produção de algumas culturas como caju e feijão, relativamente ao ano de 1990, mesmo com a área do plantio aumentada. Já outras culturas obtiveram maior produção, como a cana-de-açúcar, porém a sua área foi sensivelmente aumentada.

O Município de Viçosa sempre teve a atividade econômica voltada para o setor primário, notadamente para a exploração agropecuária. BARROS (1980) informa que foi instalada nesse Município, primeiramente pelos jesuítas portugueses vindos com a incumbência de catequizar os índios, habitantes dessa terra, no período da colonização do Ceará. Isso se deu em 1700 e Viçosa do Ceará chamava Aldeia da Ibiapaba. Ainda este autor, sobre a atuação dos jesuítas, nos diz que os primeiros produtos do Município foram cana-de-açúcar, frutas e legumes. E com a finalidade de melhorar a sua situação econômica, os missionários fundaram quatro grandes fazendas de criações, que, infelizmente, não puderam ter continuidade, pois ocorreu a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, decretada pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), em 1759, passando a aldeia a categoria de vila com o nome de Vila Viçosa Real da América. O crescimento de Viçosa do Ceará foi lento como o prova só ter havido sua elevação a cidade, no ano de 1882, ou seja, 123 anos depois que passou de povoado à categoria de vila. (BARROS, 1980).

ALENCAR apud BARROS (1980), historia que a agricultura em Viçosa do Ceará era feita com as seguintes plantações: café, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, algodão, cacau, milho, arroz, feijão, banana, laranja, melancia, amendoim, batata de diversas qualidades.

A agricultura constituía o fundamento da riqueza do Município, principalmente a cana-de-açúcar (rapaduras e aguardentes), café, cereais, mandioca (farinha), fumo, pimenta do reino e frutas, (GIRÃO & MARTINS, 1939),

Seguindo a trilha dos historiadores, chegamos à conclusão de que a principal atividade econômica do Município sempre esteve voltada para agricultura. Atualmente, segundo o IBGE (1985), os principais produtos agrícolas são:

Culturas Permanentes - abacate, banana, café, caju, coco da Bahia, laranja, manga, pimenta do reino, tangerina e cana-de-açúcar. (FOTO 4 no APÊNDICE).

Culturas Temporárias - amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, fava, feijão, mandioca, fumo, mamona, milho, tomate e maracujá (FOTO 5 no APÊNDICE).

Segundo a EMATER (1994), tem havido maior incremento na produção de hortaliças nas áreas do carrasco e área úmida. Isso em virtude do seu curto período de tempo para a colheita, surgindo como cultura comercial. Sua participação na receita do Município ocupa posição relevante, (FOTO 6 no APÊNDICE).

A população de Viçosa do Ceará está composta por 41.035 hab., sendo 10.446 hab. na zona urbana e 30.589 hab. na zona rural. Vale ressaltar que, no período de 20 anos a população aumentou em 7.176 hab., registrando-se um acréscimo de 5.214 hab. na zona urbana e um decréscimo de 1.962 hab. na zona rural. Essa ocorrência está refletida na estrutura fundiária, onde, segundo o IBGE (1985), ocorre maior número de estabelecimentos em áreas abaixo de 10 ha. Pesquisa do INCRA (1991) refere que conforme o número e área de imóveis rurais, o minifúndio supera o latifúndio em detrimento de uma menor área relacionada ao latifúndio.

Segundo o IBGE, apud IPLANCE (1994), o Município compreende, além do distrito sede, os de General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Passagem da Onça e Quantiguaba.

A estrutura fundiária de Viçosa do Ceará, conforme o IDACE (1992), apresenta particularidades, pois 95% dos estabelecimentos levantados pelo projeto fundiário da Ibiapaba são menores de 15 ha.

A explicação dessa estrutura fundiária e como está ela inserida no contexto de desenvolvimento, são assuntos para o capítulo seguinte.

3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O QUADRO DE ANÁLISE.

3.1 O Desenvolvimento: um resumo histórico.

A noção de desenvolvimento que se tornou hegemônica em nossa sociedade está associada às idéias de progresso, bem estar, melhoria. (CARVALHO, 1991).

O progresso, por sua vez, é um conceito herdado do positivismo que se encontra embutido nos enfoques tradicionais de desenvolvimento no mundo moderno e que é fundamental para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, que têm a razão e o conhecimento técnico-científico como instrumentos essenciais para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem. (DIEGUES, 1992).

Diante do que se convencionou chamar de desenvolvimento, conforme os modelos clássicos, em que o crescimento econômico tem como base a industrialização, foram chamados de **modernos** ou **desenvolvidos** aqueles países industrializados, e de **atrasados** ou **subdesenvolvidos** os de economia baseada na agricultura. Assim, a ideologia do crescimento econômico está presente nos modelos de desenvolvimento dos países industrializados, tanto nos de economia de mercado, quanto daqueles guiados pelo planejamento centralizado ou pelo socialismo real. (DIEGUES, 1992).

Após a Segunda Guerra Mundial, para explicar o desenvolvimento ou a falta deste nas sociedades ocidentais, surgiram várias teorias inspiradas nos trabalhos de estudiosos do século passado como Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx.

A teoria da modernização se faz presente nos anos 50 e 60 do Séc. XX como sinônimo de desenvolvimento. Os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, lideram essa teoria quando, em luta com seu opositor maior (URSS),

solicita a ajuda acadêmica para a compreensão do que ocorria no Terceiro Mundo com a finalidade de influenciá-los a permanecer no mercado livre capitalista. As especificações da tarefa acadêmica eram determinadas pelas elites políticas, militares, administrativas e empresariais nos EUA. Assim, a teoria da modernização iniciou-se e manteve uma estrutura conservadora, ideologicamente capitalista (HULME & TURNER, 1990).

Para WILBERG MORE (1965. p. 93) e CYRILL BLACK (1967. p. 7) apud HULME & TURNER (1990), a modernização implica na transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna e isso se dá com a transição de um período histórico para outro, facilitado pelo progresso, o qual é dirigido pelas elites nacionais através de iniciativas de tributação.

Os pensadores do século passado expressavam claramente a dicotomia tradicional/moderno, vista na teoria da modernização. Durkheim classificou as sociedades de acordo com os conceitos antagônicos de unidade mecânica e de unidade orgânica, em que a unidade mecânica caracterizava as sociedades tradicionais em que os indivíduos diferiam muito pouco de outros. Dizia que as sociedades tradicionais mantinham-se juntas porque os membros individuais não eram ainda diferenciados. Porém, com a divisão do trabalho mais especializado e complexo, cresce a diferenciação e as unidades da nova e moderna sociedade emergem interdependentes para manter o equilíbrio relativo da sociedade moderna. Smelser (1963), Hoselitz (1960) e Parsons (1951) abarcaram essa linha de argumentação de Durkheim para os conceitos atuais da modernização (HULME & TURNER, 1990).

Ferdinand Tönnies, embora criticado por Durkheim, utilizou um modelo dicotômico para explicar o desenvolvimento da Europa ou de uma sociedade passada ou atual. Identificou dois tipos de organização social. "Gemeinschaft" ou comunidade e "Gesellschaft" ou sociedade. "Gemeinschaft" é entendida como um relacionamento humano caracterizado por um alto grau de individualismo e procedente de interesse puro ou político. [NISBET (1970, p. 74), apud HULME &

TURNER (1990)]. A tipologia dicotômica de Tönnies influenciou Weber em seu relato da mudança da autoridade tradicional para racional.

Os antropólogos sociais dos anos 40 absorveram a teoria dicotômica de Tönnies, destacando-se na teoria de mudanças culturais ou aculturação. E, logo após, foi incorporada ao paradigma sociológico da modernização em que se destaca Robert Redfield. Este postulou uma continuação do rural para o urbano, no qual as comunidades são colocadas. Segundo o Autor, a “sociedade rural era pequena, isolada, não-letrada e homogênea, com um forte senso de solidariedade grupal”. A sociedade urbana era o contrário disto. Conforme o Autor, a mudança do rural para o urbano se deu pela influência de agentes advindos da sociedade urbana. (REDFIELD, 1947, p. 293, apud HULME & TURNER, 1990).

Segundo o modelo de modernização de Walt Rostow, que via o crescimento econômico de auto-sustentação como a distinção econômica da moderna sociedade ocidental, era preciso que as sociedades passassem por cinco estágios para chegar a essa distinção, que era a questão a que a modernização se propunha. São eles: “Sociedade tradicional, pré-condições para iniciar a passagem, o início da passagem, a caminhada para maturidade e a idade do alto volume de consumo”. Esse modelo recebeu atenção por muitos anos, por ser simplista mas que chamava atenção de países em desenvolvimento, “além de ser um modelo de modernidade que emergia da larga diversidade dos valores e instituições tradicionais (BLACK, 1966. p. 12, apud HULME & TURNER, 1990).

A modernização, até então, seguia um modelo unilinear dos antigos evolucionistas, o que não condizia com as diversidades encontradas em países em desenvolvimento. Surge, então, o modelo de evolução multilinear, admitindo que havia, diversos níveis de desenvolvimento, cujo objetivo final seria o mesmo, porém o início e os caminhos para chegar a este destino único poderiam diferir. Desta forma, STEWARD (1955) coloca que sociedades similares poderiam mover-se em direções diferentes (HULME & TURNER 1990).

TURNER (1990)]. A tipologia dicotômica de Tönnies influenciou Weber em seu relato da mudança da autoridade tradicional para racional.

Os antropólogos sociais dos anos 40 absorveram a teoria dicotômica de Tönnies, destacando-se na teoria de mudanças culturais ou aculturação. E, logo após, foi incorporada ao paradigma sociológico da modernização em que se destaca Robert Redfield. Este postulou uma continuação do rural para o urbano, no qual as comunidades são colocadas. Segundo o Autor, a “sociedade rural era pequena, isolada, não-letrada e homogênea, com um forte senso de solidariedade grupal”. A sociedade urbana era o contrário disto. Conforme o Autor, a mudança do rural para o urbano se deu pela influência de agentes advindos da sociedade urbana. (REDFIELD, 1947, p. 293, apud HULME & TURNER, 1990).

Segundo o modelo de modernização de Walt Rostow, que via o crescimento econômico de auto-sustentação como a distinção econômica da moderna sociedade ocidental, era preciso que as sociedades passassem por cinco estágios para chegar a essa distinção, que era a questão a que a modernização se propunha. São eles: “Sociedade tradicional, pré-condições para iniciar a passagem, o início da passagem, a caminhada para maturidade e a idade do alto volume de consumo”. Esse modelo recebeu atenção por muitos anos, por ser simplista mas que chamava atenção de países em desenvolvimento, “além de ser um modelo de modernidade que emergia da larga diversidade dos valores e instituições tradicionais (BLACK, 1966. p. 12, apud HULME & TURNER, 1990).

A modernização, até então, seguia um modelo unilinear dos antigos evolucionistas, o que não condizia com as diversidades encontradas em países em desenvolvimento. Surge, então, o modelo de evolução multilinear, admitindo que havia, diversos níveis de desenvolvimento, cujo objetivo final seria o mesmo, porém o início e os caminhos para chegar a este destino único poderiam diferir. Desta forma, STEWARD (1955) coloca que sociedades similares poderiam mover-se em direções diferentes (HULME & TURNER 1990).

SAMLINGS e SERVICE (1960), apud HULME & TURNER (1990), distinguiram a evolução “geral” e “específica”. Isto separou dois níveis de desenvolvimento adaptados, aquele de uma cultura ou sociedade particular, e aquele de uma cultura ou civilização generalizada. Assim as penetrações das evoluções generalizadas poderiam também estar contidas na teoria.

Outros escritores concentraram-se mais na classificação tipológica complexa para os seus paradigmas neo-evolucionistas. Como exemplo, é citado Parsons (1966), que estabeleceu uma tipologia de 5 categorias: “sociedades primitivas (Aborígenes Australianos), sociedades arcaicas (Impérios Mesopotâmicos e o Antigo Egito), Impérios Históricos Intermediários (China, Índia, Impérios Islâmicos e Romano), Sociedades “Seid-bed” (Israel e Grécia) e sociedades modernas (EUA, Europa e Japão). Segundo Parsons, “as sociedades em cada estágio possuem um grau similar de diferenciação social e têm desenvolvido ou envolvido soluções interativas comparáveis” (HULME & TURNER, 1990).

O mais persistente modelo de modernização foi aquele baseado na economia dual. Em muitos países em desenvolvimento, esse modelo era evidenciado entre agricultura de baixa tecnologia em áreas rurais e indústria moderna e infra estrutura nas áreas urbanas (HULME & TURNER, 1990).

W. ARTHUR LEWIS (1970), apud da Silva (1982), supõe a existência de dois setores; um agrícola (de subsistência) e outro capitalista (Industrial). Segundo ele, “no setor de subsistência havia uma oferta ilimitada de trabalho com produtividade marginal ínfima, ou negativa, onde os salários gravitavam em torno do nível de subsistência. O setor capitalista seria a fonte de crescimento da economia como um todo. Ali os salários deveriam estar um pouco acima do nível de subsistência, suficiente para incentivar transferência de mão-de-obra”.

Na medida em que o excedente do setor capitalista fosse reinvestido, esse setor se ampliaria, aumentando a absorção de mão-de-obra do setor de subsistência. Como a produtividade de trabalho no setor capitalista é suposta maior, o excedente tornar-se-ia ainda maior, a formação de capital aumentaria mais e assim o processo

continuará até que desaparecesse o excedente de mão-de-obra. O crescimento se faria, portanto, sem elevação dos salários reais até que a produtividade marginal do trabalho no setor de subsistência se tornasse positiva e, a partir desse ponto, o modelo perderia sua validade.

LAMBERT (1967) apud HULME & TURNER (1990) assinala que na América Latina (Brasil, México, Colômbia, Venezuela e Chile) predominava uma estrutura dual e que as populações destes países eram divididas em formas sociais de organizações arcaicas e desenvolvidas as quais coincidem com as categorias rural e urbana.

Essa estrutura dual preocupava muitos sociólogos da escola de modernização por saber que a transformação da sociedade tradicional para moderna requeria uma correspondente transformação de valores.

Para HOSELITZ (1960), apud HULME & TURNER (1990), a transição da sociedade tradicional para moderna era essencialmente uma questão de mudar as variáveis.

Já MOORE (1963 p. 98), apud HULME & TURNER (1990), resumiu o pensamento de muitos, dizendo que, para haver transformação econômica, é fundamental que haja mudanças de valores.

Nos anos 60 foi observado que a modernização trouxe sérios distúrbios sociais. Isto foi descrito como um problema de integração às recentes e diferenciadas estruturas da modernidade. Para SMELSER (1963), apud HULME & TURNER (1990), esses distúrbios chegaram em decorrência da diferenciação que progredia mais rapidamente do que a integração.

Segundo EISENSTADT (1970), apud HULME & TURNER (1990), as transformações miraculosas de sociedades tradicionais em modernas, conforme os modelos de modernização, não aconteceram. O que ocorreu foi que a pobreza aumentou, cresceram as dívidas e a repressão política, e a economia ficaram estagnadas.

A visão clássica de desenvolvimento no século XIX ressalta os estudos de Karl Marx, que focalizou os aspectos econômicos das atividades humanas. Marx concentrou suas pesquisas na teoria do capitalismo e do desenvolvimento capitalista. Segundo ele, a principal mudança histórica (transformação do feudalismo em capitalismo) se deve aos conflitos gerados no modo de produção. Conforme seus estudos, o capitalismo detinha as forças de produção (matéria prima, instrumentos, máquinas e técnicas) e as relações de produção (relações entre processo de produção, distribuição e câmbio). Na medida em que as forças de produção fossem desenvolvidas, as relações de produção obrigatoriamente seriam alteradas. Essa alteração se deve à luta entre as classes sociais. Algumas classes tentarão manter o **status** enquanto se beneficiam da ordem social. Entretanto, outros desejarão modificar a relação de produção para fazer parte das forças de produção e permitir-se ao desenvolvimento. Assim, os antigos modos de produção são substituídos por outros mais evoluídos. (HULME & TURNER, 1990).

A teoria de desenvolvimento **Neomaxismo dependência** é popularizada nos anos 60, quando nem a escola de modernização nem o marxismo clássico satisfaziam as explicações sobre desenvolvimento no Terceiro Mundo. Porém, essa escola de pensamento remonta à depressão econômica em 1929, quando os países latino-americanos tomam consciência do problema de depender do comércio exterior como motor de crescimento, ocasionado pela drástica redução na demanda ocidental por produtos latino-americanos. (HULME & TURNER, 1990).

Com essa nova realidade, países que seguiam uma estratégia de desenvolvimento convencional e exportada começam a desenvolver estratégias voltadas para o comércio interno a fim de tornar-se menos vulnerável ao comércio mundial. Mas, foi após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, no Chile, que foi exposto um programa de ação para o desenvolvimento interno destes países pela Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL).

Para a CEPAL, desenvolvimento convencional proveniente dos países capitalistas desenvolvidos era inapropriado para a América Latina

(BLOMSTROIM e HETTNE (1984, p. 40), apud HULME & TURNER (1990). Nesse caso, duas observações importantes foram evidenciadas: a primeira é que o mundo era percebido por um núcleo de países industrializados desenvolvidos e por uma periferia composta por países subdesenvolvidos. E, em segundo, o núcleo e a periferia estavam ligados economicamente. Porém, nessa ligação, eram beneficiados os países que compunham o núcleo, em detrimento do desenvolvimento dos países periféricos que se tornavam cada vez mais dependentes (HULME & TURNER, 1990).

Outros cientistas sociais latino-americanos reforçaram as idéias da CEPAL, adotando a visão de que o subdesenvolvimento da América Latina e de outros países periféricos só poderia ser entendidos no contexto do sistema capitalista.

Os teóricos da dependência diferem de Marx, quando afirmam que as relações ligando centro e periferia não trazem desenvolvimento para esta, mas sim, um subdesenvolvimento constante. (ROXBOROUGH, 1979, p. 66, apud HULME & TURNER, 1990).

Quem mais representou a escola de dependência foi André Gunder Frank. Para ele, o capitalismo tanto mundial ou nacional ainda gera subdesenvolvimento no presente. Frank contestou as teorias duais das sociedades da escola de modernização uma vez que, segundo ele, na colonização da América Latina, o Continente nunca experimentou o feudalismo na agricultura brasileira. E que assim que o capitalismo mercantil adentrou o Continente Latino Americano, o subdesenvolvimento capitalista começou e permaneceu imutável por muito tempo (FRANK, 1971, p. 249, apud HULME & TURNER, 1990).

A estrutura do sistema capitalista mundial foi apresentada por Frank como o de metrópole e satélite. "A metrópole explora o satélite e se apropria de parte ou de todo excedente econômico. O satélite é empobrecido por este relacionamento explorador e é reduzido a um estado de dependência da metrópole". Esse relacionamento se dá entre nações capitalistas industriais e as nações da América

Latina ou em qualquer país semelhante ao Terceiro Mundo (FRANK, 1972, p. 13, apud HULME & TURNER, 1990).

No modelo de dependência, Frank afirmava que não havia modos de produção feudais, semi-feudais ou outros tipos pré-capitalistas na América Latina; isso fazia com que não houvesse razão para se chegar a uma revolução democrática burguesa. Assim, ele rejeitava a visão marxista tradicional que esperava que isso corresse de maneira a desenvolver posteriormente as forças de produção e preparar para a revolução proletária. (HULME & TURNER, 1990).

IMMANUEL WALLERSTEIN (1979), apud HULME & TURNER, (1990), complementa os pensamentos de Frank, ressaltando que o sistema social é uma totalidade que transcende os limites políticos. Ele define como:

“Uma divisão de trabalho, de tal maneira que os vários setores ou áreas dentro dele são dependentes do intercâmbio econômico com outros para a provisão contínua das necessidades da área. Tal intercâmbio econômico pode claramente existir sem a estrutura política comum e até mesmo sem a partilha da mesma cultura”

De acordo com Wallerstein, a característica essencial de uma economia mundial capitalista é a produção para venda em mercado, no qual o objeto deve obter o máximo lucro possível. O desenvolvimento desse sistema é injusto, produzindo três níveis de estados: o núcleo, a semiperiferia e a periferia. O núcleo é fortalecido pelas relações de intercâmbio desigual sobre a periferia. Assim, “o capitalismo envolve não apenas apropriação do valor excedente por parte de um proprietário para com um trabalhador, mas uma apropriação do excedente de toda economia mundial por área de núcleo” A semi-periferia, é um estado que previne a polarização entre núcleo e periferia. Ela pode explorar e ser explorada em sua condição intermediária. Segundo o Autor, “o núcleo criou a semi-periferia para impedir a instabilidade política e a derrubada do mecanismo do sistema de núcleo”. Assim, as nações que pertencem ao núcleo podem ser relegadas a semi-periferia sem precisar passar para a periferia, como também nações desta podem ser promovidas.

No entanto, Frank diverge um pouco, pois acha difícil um satélite subdesenvolvido mudar o seu **status** de subdesenvolvimento (HULME & TURNER, 1990).

A força de dependência, segundo FRANK, apud HULME e TURNER (1990), varia de tempos em tempos. E pode ser enfraquecida mediante depressões e guerras, como se deu nos anos 1930, onde a metrópole mundial perdeu a sua hegemonia sobre os satélites permitindo com que a burguesia nacional desenvolvesse uma industrialização mais ou menos autônoma.

Ernesto Laclau contestou a visão de Frank, quando este disse que a América Latina era inteiramente capitalista e que tem sido desde as conquistas portuguesas e espanholas. E afirma que, enquanto o capitalismo era dominante na América Latina, havia estruturas feudais por todo o Continente.

Segundo Laclau, existem relações mútuas entre diferentes setores da economia ou entre unidades de produção, tanto numa escala regional como nacional e mundial, que ele definia como "Sistema econômico"; diz ainda que seu sistema econômico deve ser composto de diferentes modos de produção, com um modo de produção na posição de dominante (HULME e TURNER 1990).

Apenas dois modos de produção interessam a Laclau para o caso da América Latina: O Feudalismo e o Capitalismo. Nestes dois modos, "o excedente econômico é apropriado pela classe dominante; porém, no capitalismo, o trabalhador é 'livre' para vender a sua força de trabalho, enquanto a propriedade dos meios de produção é separada da propriedade da força de trabalho (HULME e TURNER 1990).

Segundo CLAMMER (1975), apud HULME & TURNER (1990), alguns antropólogos franceses, como Meillassoux, Godelier, Terray, Dupre e Rey, adotam para a nova antropologia econômica a distinção de ALTHUSSER (teórico marxista) entre modo de produção e formação social. Para eles, modo de produção é um conceito abstrato que parece incluir forças de produção e obrigatoriamente inclui mecanismos de distribuição, enquanto formação social é um conceito mais concreto em que uma sociedade contém vários modos de produção, que, segundo eles, são

articulados e interagem com um modo de produção que domina os demais na formação social. Isto difere do Marxismo clássico, em que os modos de produção se dividem como estágios para se alcançar o desenvolvimento (HULME & TURNER, 1990).

Rey identificou três estágios de articulação nos modos de produção. O primeiro está relacionado ao capitalismo reforçando o modo pré-capitalista. Como exemplo, ele cita o comércio de escravos na África e a agricultura de subsistência. No segundo estágio, refere-se à interação dos modos de produção tradicional e capitalista e que a penetração desse modo na agricultura é um processo lento. No terceiro estágio, o modo pré-capitalista irá desaparecer por completo (HULME & TURNER, 1990).

Segundo Rey, os modos de produção pré-capitalista são hostis, resistentes à disseminação do capitalismo. Por isso, para ser implantado o capitalismo, é necessária a violência em forma do colonialismo implantado pelo Estado, o que ele chama de modo de produção colonial. Assim, quando a dominação do modo capitalista estiver estabelecida, os grupos coloniais podem ser removidos, a independência política pode ser admitida e o capitalismo pode ser reproduzido (HULME & TURNER, 1990).

FOSTER-CARTER (1978), apud HULME & TURNER (1990), comenta que o conceito de um modo de produção básico e sua aplicação indefinida foi considerado um obstáculo para uma mais larga aceitação. Notou que alguns escritos (sem falar os de Rey) não condiziam com as realidades do Terceiro Mundo. E um problema posterior, que surgiu com o acesso a este conceito, foi o de que para alguns existia uma infinidade de modos de produção.

O pensamento populista, surgido na Europa no século XIX, contestava a industrialização em larga escala em decorrência dos altos custos sociais e humanos em detrimento dos seus benefícios, e tinha a finalidade de prevenir a destruição e depredação pela industrialização. É com base nesse pensamento que surge o neopopulismo, só que usando nova roupagem, isto é, aceitando uma industrialização

parcial e tendendo a uma modernização da agricultura. No entanto, a principal preocupação era de como distribuir lucro e riqueza equitativamente. (HULME e TURNER 1990).

Essa visão do neo-populismo é mais flexível, o que faz com que tenha uma aceitação mais ampla, tendo vários defensores, conforme KITEHING apud HULME & TURNER (1990). São eles: Júlio Nyerere, Schumacher e Michel Lipton a Organização Mundial do Trabalho (OMT), o Banco Mundial e todos os eco-desenvolvimentistas.

De acordo com Michael LIPTON (1977), apud HULME & TURNER (1990), o grande conflito social dos países pobres no mundo de hoje não está entre trabalho e capital, nem entre os interesses nacionais e estrangeiras, mas sim entre as classes rural e urbana. O resultado deste conflito predispõe um desenvolvimento a favor das áreas urbanas e uma concentração da pobreza nas áreas rurais onde o progresso desenvolvimentista é barrado.

A tendência da política urbana, segundo Lipton, inclui a promoção de uma intensiva industrialização, com o capital concentrado em áreas urbanas e ineficientes. Enquanto isso, os produtores rurais ficam submetidos ao superfaturamento dos preços dos insumos da fazenda, tendo de aceitar as iniciativas governamentais de tentar manter os preços dos alimentos para os consumidores urbanos (HULME & TURNER, 1990).

Lipton acredita que a agricultura do homem do campo é altamente eficaz e que o capital deve ser redirecionado para a agricultura e não para as atividades urbanas que, segundo ele, são ineficazes. Mas isso não impede que a industrialização possa ser permitida eventualmente, mas que em primeiro lugar é necessário o desenvolvimento de uma agricultura de massa antes de difundir o desenvolvimento com sucesso em outros setores (LIPTON 1977 p. 23 apud HULME & TURNER, 1990).

3.2 Desenvolvimento Sustentável: de sua origem à atualidade

O ecodesenvolvimento é um estilo alternativo de desenvolvimento que se encaixa nos ditames neo-populistas. Criado no início da década de 70, como alternativa para a dicotomia economia-ecologia quando desencadeava um processo grande de poluição nos países industrializados, foi apresentado como estratégia de desenvolvimento negadora de um crescimento econômico e populacional que implicasse na degradação dos recursos naturais. Propunha uma nova ética de desenvolvimento, onde os recursos naturais de cada ecossistema devia ser usado de forma regrada pelas populações locais. A finalidade desse processo era a de melhorar a qualidade de vida dessas populações e a satisfação de suas necessidades básicas, por meio de tecnologias social e ecologicamente adequadas e minimizadoras de impactos ambientais (DIEGUES, 1992).

A crítica mais acirrada feita pelos ecodesenvolvimentistas era ao crescimento econômico. E Mishon dizia que a “aceitação à crítica do crescimento econômico estava passando por cima dos enormes custos daquele crescimento”. Respalhado pelos ambientalistas, dizia que não desejava a parada do crescimento econômico, mas um recesso na economia crescente (MISHON, 1977 p. 108, apud HULME & TURNER, 1990).

De início, supunha-se que o ecodesenvolvimento deveria ser uma estratégia de desenvolvimento baseado no uso racional de pequenas áreas rurais isoladas no Terceiro Mundo [SACHS (1971, p. 1), apud HULME & TURNER (1990)]. No entanto, o conceito expandiu-se para um projeto de desenvolvimento voltado para harmonização dos objetivos sócio econômicos com administração baseada na ecologia, num princípio de solidariedade com as gerações futuras. (SACHS como citado in GLAESER & UYASUZU, 1984, p. 25 apud HULME & TURNER, 1990).

Os países do Terceiro Mundo manifestaram hostilidade a esse novo estilo de desenvolvimento, pois temiam ser mais uma arma dos países industrializados tentando impedir o crescimento desses. No entanto, Sachs colocava que não estavam necessariamente apontando para a parada de crescimento mas, sim, procurando encontrar métodos e usos do crescimento que propiciassem o progresso social e a administração de recursos ambientais de maneira compatível (SACHS, 1977, p.1 apud HULME & TURNER, 1990).

O ecodesenvolvimento desejava promover uma tecnologia apropriada em agricultura e manufaturamento, em pequena escala, simples, de fácil manutenção e trabalho intensivo, baseado nos princípios neo-populistas (HULME & TURNER, 1990).

Até o final da década de vinte, o Brasil mantinha sua economia baseada na exportação de produtos agrícolas tradicionais (principalmente café, algodão e açúcar), gerando divisas e permitindo a importação de bens de consumo duráveis. Mas, com a crise mundial de 1929, a economia cafeeira desestruturou-se, forçando uma mudança completa na economia brasileira (ALMEIDA, 1990).

O modelo de desenvolvimento que o Brasil passou, então, a adotar a partir dos anos 30, expandindo-se e “modernizando-se” nas décadas seguintes, foi baseado na industrialização por substituição de importações financeiras, sobretudo pelo Estado e pelo capital internacional. Conseqüentemente, favoreceu a existência de uma forte concentração de renda, o que implicou na exclusão política e social da maioria da população (CUT, s.l: s.n).

Esse modelo teve novamente no setor agrícola o seu grande sustentáculo, através da permanência da atividade exportadora de produtos primários, principalmente o café e o algodão. Assim, grande parte da renda alcançada por essa atividade era carregada para o financiamento do parque industrial nascente.

É na década de 1950/60, no Brasil, que a implantação da indústria automobilística se transforma em propulsora do processo de industrialização,

aumentando aceleradamente a demanda por energia e combustível, forçando a indústria petroquímica a desenvolver-se (ALMEIDA, 1990).

Participando do novo modelo capitalista internacional, coube ao Brasil, face às suas condições naturais favoráveis, dinamizar e diversificar a produção de bens agrícolas exportáveis. Portanto, a agricultura brasileira se modernizou calcada nos pressupostos da “Revolução Verde” (ALMEIDA, 1990).

A Revolução Verde, segundo GRAZIANO NETO (1982), era o programa que se destinava a resolver a fome no mundo, porém, conforme o Autor, trouxe mais fome e mais miséria, pois somente os grandes produtores tiveram condições de aplicar todo o “pacote tecnológico” que acompanhava as sementes ditas “milagrosas” desenvolvidas nos centros de pesquisas. Com isso, agravaram-se os problemas de concentração das terras. Agravaram-se também os desequilíbrios ecológicos: surgiram pragas e doenças antes desconhecidas, que exigiram maiores doses de veneno, que, por sua vez, desequilibraram mais ainda o ecossistema comprometendo toda uma produção; surgiram problemas de conservação do solo, de erosão. E os problemas sociais e econômicos agravaram-se.

Em 1964, BOOKCHIN, apud DIEGUES (1992), analisava a degradação ambiental como sendo intimamente ligada ao crescimento do capitalismo, e não a fatores naturais. É a partir dessa época, que a preocupação com as relações homem-natureza cresce em vários círculos acadêmicos nas sociedades ditas “modernas” ou desenvolvidas. Assim, desenvolvem-se novas disciplinas acadêmicas, como a ecologia cultural e a ecologia humana (CNMA, 1992).

Mas, é com o desastre ecológico de Minamata*, que se tornou mundialmente conhecido em 1968, provocando reflexões sobre a própria industrialização e suas conseqüências, que suscitadas propostas para uma conferência geral sobre o meio ambiente humano. Nessa época, o Movimento

* Minamata: é uma baía localizada em Kumamoto no Japão. Nela estava a sede da indústria química Chisso, que lançava metal mercúrio às suas águas contaminando pescadores e moradores. Mais de mil pessoas foram mortas entre 1965 e 1968. (CNMA, 1992).

Ambientalista Europeu se organizava e culpava o industrialismo no mundo moderno pela expansão irracional da produção industrial ligada a um consumo desenfreado, responsável pela crise ecológica que se configurava na degradação da natureza e nas doenças degenerativas provenientes dessa degradação (CNMA, 1992).

A revisão dos conceitos desenvolvimentistas alcançam então seu ponto mais alto em meados da década de 70 com os trabalhos da Fundação Bariloche e da CEPAL. Modelos alternativos de desenvolvimento e estilos de desenvolvimento foram propostos tanto para países desenvolvidos como para os menos desenvolvidos (DIEGUES, 1992).

Na década de 70 (antes da crise do petróleo), surge o Relatório Meadows ("Limites para o Crescimento"), elaborado para o Clube de Roma. Nesse relatório, consta um quadro de catástrofe ambiental mundial, causado pelo crescimento demográfico, somado ao crescimento da produção e à disseminação de padrões de consumo primeiromundista pelos países em desenvolvimento, o que pressionaria os recursos naturais até a sua exaustão (CNMA, 1992).

O clube de Roma anunciava ainda o esgotamento próximo das principais reservas de minérios, um aumento exponencial da poluição e degradação dos ecossistemas naturais que implicaria na diminuição da qualidade de vida principalmente entre os países industrializados. A variável a ser controlada prioritariamente era o crescimento demográfico nos países do Terceiro Mundo. Propunha também um modelo de crescimento global em equilíbrio, no qual, na maioria dos casos, o crescimento econômico deveria ser reduzido a zero (DIEGUES, 1992).

Essa proposta de congelamento do crescimento econômico passa a ser repudiada pelos países do Terceiro Mundo e pelo Brasil (que nessa época vivia o seu período de "milagre econômico" e havia se tornado a oitava economia mundial, reivindicando um processo de arrancada em direção ao desenvolvimento) por acharem-na injusta, uma vez que os países ricos só se lembravam da natureza após a

terem degradado para alcançar um grau de produção de padrão de consumo e de tecnologia que pretendiam barrar aos países subdesenvolvidos (CNMA, 1992). O Clube de Roma alertava também contra o falso otimismo baseado na crença de que a tecnologia moderna poderia resolver tudo (DIEGUES, 1992).

Na conferência de Founex, em 1971, (reunião como parte do processo preparatório para a convenção das Nações Unidas sobre meio ambiente de 1972, e projetada para explorar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento), fica estabelecido que os problemas ambientais dos países pobres eram basicamente diferentes daqueles dos países ricos. Para os primeiros, a raiz do problema estaria na pobreza, na falta de desenvolvimento, porém alertava que um rápido crescimento não significaria necessariamente que os problemas ambientais desapareceriam. Para os segundos, os problemas concentravam-se no crescimento da poluição causado pelo industrialismo (DIEGUES, 1992).

No texto “manifesto pela sobrevivência”, 1972, os ecologistas ingleses propunham em lugar do simples congelamento da produção uma mudança na estrutura sócio-econômica. Eles criticavam o industrialismo e não o capitalismo, para englobar na sua crítica também o mundo do “socialismo real” (CNMA, 1992).

Na conferência de Estocolmo/1972, três meses depois da publicação do relatório do Clube de Roma, o meio ambiente e desenvolvimento apareceram como temas conflitantes. Porém, seus documentos finais registraram a tentativa de torná-los compatíveis. Como exemplo, temos o artigo 8º, que declara ser o desenvolvimento econômico e social indispensável para assegurar ao homem um meio ambiente favorável para a sua vida. Enquanto isso, o princípio 9º afirma serem as condições de subdesenvolvimento as causas dos problemas ambientais, e expõe como solução a transferência de recursos e tecnologia para o Terceiro Mundo. Condena o uso e testes de bombas nucleares, recomenda o fim de descargas tóxicas no ambiente.



Estocolmo/72 terminou com uma declaração de princípios que resistia à parada no crescimento e sublinhava que o meio ambiente e desenvolvimento estavam estritamente interligados (CNMA, 1992).

Os primeiros sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento (modernização) adotado pelo Brasil surge a partir da crise do petróleo, em 1973, com a redução do fluxo de investimentos externos. O governo elabora então o II Plano Nacional de Desenvolvimento, formado por grandes blocos de investimentos, visando a reaquecer a economia e completar o processo de substituição de importações. Esses grandes projetos, voltados em grande parte para a exploração dos recursos naturais, iriam causar uma série de danos irreparáveis ao nosso meio ambiente (SANTOS, 1993).

Na década de 80, os Estados Unidos vão perdendo a condição de líder na economia mundial capitalista. E, tentando reafirmar sua supremacia, procuram se sobrepor à Europa e ao Japão, que se rendiam às suas pressões econômicas. Porém, na segunda parte da década de 80, com a derrubada do muro de Berlim, a Europa se reunifica, enquanto o Japão se transforma na maior potência financeira do mundo, apoiado nos enormes superávits de seu comércio exterior (SANTOS, 1993).

Enquanto isso, a economia mundial sofre o impacto de um processo de reestruturação (baseada na incorporação de novas tecnologia) sem que apareça um poder hegemônico central capaz de aglutinar as forças sócio-econômicas, políticas e culturais (SANTOS, 1993).

Dessa forma, a velha ordem bipolar (compreendida pelos mandos das duas potências: EUA e URSS), cede lugar a uma nova ordem multipolar. Segundo VESENTINI (1993), nessa ordem multipolar temos, por um lado, o recrudescimento da oposição Norte-Sul, em que os países ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, e de outro, uma tendência à formação de blocos econômicos no mundo desenvolvido, comandados pelos Estados Unidos na América do Norte, pela Alemanha na Europa e pelo Japão na Ásia-Pacífico.

Como variáveis importantes na transformação e reestruturação da economia mundial, temos: a revolução científico-técnica ou terceira revolução industrial,, como base a informática determinando a evolução das forças produtivas (uma das conseqüências dessa revolução científico-técnica é a automação do trabalho que substitui o trabalho direto pelas máquinas); o processo de globalização, que resulta no aumento da comunicação e negociações entre os países do mundo, e a regionalização, que tende a criar condições para uma sociedade mundial mais cooperativa através das integrações regionais, mas, ao mesmo tempo favorecendo o fracionamento da economia mundial em grandes blocos com mercados protegidos (SANTOS, 1993).

O Processo de globalização da economia, que está em curso desde o início da década de 80 com a formação de megaconglomerados continentais, tem deixado os países do sul completamente à margem das relações econômicas e das inovações tecnológicas (CUT, s.l, s.n).

Estes países não participam da criação e desenvolvimento da revolução científico-técnica. Eles apenas recebem suas influências sob a forma de importação de tecnologias e de conhecimentos científicos. Assim, os países mais desenvolvidos que ocupam uma posição dominante dentro da economia mundial tendem a dedicar-se fundamentalmente às novas atividades, geradas pela revolução técnico-científica, e transferir para os países em desenvolvimento a produção de peças e acessórios e outras partes do complexo produtivo global que ainda exigem mão-de-obra (SANTOS, 1993).

Somada a tudo isso, a preocupação ambiental nos países dominantes tende ao deslocamento das indústrias de maior índice de poluição para os novos países industrializados, ditos em fase de desenvolvimento (SANTOS, 1993).

O Brasil, considerado país em desenvolvimento, absorveu alguns ramos de produção de países desenvolvidos que já se tornavam obsoletos e pouco rentáveis e que somente nas condições excepcionais que o Brasil oferecia - tais como, energia a

preços subsidiados, abundância de matéria prima, mão-de-obra barata e incentivos à exploração - esses países chegariam a obter grandes lucros (SANTOS, 1993).

Enquanto isso, o modelo de sociedade industrial avançada no Ocidente estava fadado a não se manter a longo prazo em consequência dos padrões de produção e consumo baseados no esbanjamento de energia não-renovável, na degradação do ambiente, na espoliação da mão-de-obra e dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e no crescente abismo entre o norte e o sul (VIOLA, apud DIEGUES, 1992).

Mesmo com o alerta dos ecodesenvolvimentistas no relatório Meadows, na conferência de Founex e de Estocolmo, não foi o suficiente para conter ou sensibilizar o mundo dos problemas gerados pelas diversidades dos países “ricos e pobres”.

Concomitantemente ao processo de globalização, ressurge a discussão sobre desenvolvimento sustentável e quem a faz é o “Relatório Bundthland”, em 1987, assim denominado em homenagem à presidente da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD), Gro Harlen Brundtland. O relatório, também chamado de Nosso Futuro Comum, frisa ao lado do Desenvolvimento sustentável a necessidade de uma NOEI - Nova Ordem Econômica Internacional” (WALDMAN, 1991).

Segundo o “Nosso Futuro Comum” (1988), o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas” (p.9); “é um processo de mudanças no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (p.16); é um desenvolvimento que mantém possíveis as opções futuras” (p.46); é uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento” (p. 53).

Para SANTOS (1991), o relatório trata “as necessidade atuais “como sendo comuns para todas as classes e países e que serão as mesmas para as gerações

futuras. Porém, o Autor comenta que o relatório tem uma visão produtivista, economicista, receando ele que às “necessidades” continuem desatendidas pois, “no modelo de crescimento capitalista liberal não se respondem as necessidades e sim as demandas”, isto é, às necessidades daqueles que tem o poder aquisitivo para poderem ser atendidos pelo mercado.

O Relatório do Fórum das ONGS brasileiras concorda com Santos e complementa que a posição do Relatório “Nosso Futuro Comum” é ambíguo e contraditório, pois a expansão dessas “necessidades” para todo o planeta acarretaria um colapso imediato dos recursos naturais, colocando em risco a existência das “gerações futuras”. O mesmo se observa com a proposta de uma Nova Ordem Mundial sustentável, a qual ignora as relações desiguais que têm imposto aos países periféricos os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais. E que a manutenção dos atuais níveis de consumo nestes últimos implica um enorme impacto ambiental e a preservação da pobreza.

Segundo o CNMA (1992), o Relatório Brundtland é um produto coletivo que oscila entre uma visão social-democrata e uma perspectiva neo-liberal. Considera ainda o desenvolvimento sustentável como uma correção nos padrões de desenvolvimento.

Sobre a pobreza, o “NOSSO FUTURO COMUM (1988)” diz ser “decorrente da deterioração ambiental” (p.25); “os pobres são obrigados a usarem excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem e o fato de empobrecerem seu meio-ambiente empobrecem ainda mais” (p.29), “ a própria pobreza polui o meio-ambiente (p.30).

Contrapondo com o que o relatório descreve da pobreza, SANTOS (1991), ressalta como exemplo os problemas de desigualdades de terras que não são percebidos como causa da pobreza, mas que apenas a intensifica.

Segundo o “NOSSO FUTURO COMUM (1988)”, o desenvolvimento econômico e o social se apóiam mutuamente: o dinheiro empregado em educação e em saúde pode aumentar a produtividade dos indivíduos” (p.58);

“ Setecentos e cinquenta milhões de pessoas não comem o suficiente para levar uma vida plenamente produtiva (p. 129);

“Gastos sociais são cruciais para as atividades econômicas e produtivas (p. 115).

SANTOS contesta a ligação ecologia/economia da forma como o Relatório expressa. Segundo esse, o Terceiro Mundo precisa produzir casas, alimentos, vestuários, saúde, educação e transporte para milhões, mas não para aumentar a produtividade desses milhões, e sim por uma questão de ética e justiça social. Comenta ainda que se houver uma distribuição justa das riquezas e uma política de alocação de recursos mais democrática, os habitantes do Terceiro Mundo poderão ocupar os espaços de maneira mais desconcentrada e, portanto, mais harmoniosa com a natureza.

O Relatório “NOSSO FUTURO COMUM”, segundo SANTOS, apresenta pontos positivos quando ressalta alguns aspectos, tais como a crítica à diretriz do FMI e do BIRD, que têm imposto políticas de austeridade e de recessão não estimulando a produção (p. 81); a ênfase na democracia e na participação dos cidadãos nos processos decisórios (p. 70) a menção ao perdão de parte da dívida externa (p.81); a reforma agrária como “fundamental” em países com distribuição desigual de terras (p. 155).

REDCLIFT, apud DIEGUES (1987), opõe-se ao Relatório quando este ignora as relações internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso aos países do Terceiro Mundo à tecnologia, as relações desiguais de comércio desfavoráveis a estes últimos e a posição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias às suas estratégias globais.

O Autor ainda coloca que as contradições internas dos países em desenvolvimento não são consideradas, o que impede de atingir o desenvolvimento sustentado.

Segundo REDCLIFT, apud DIEGUES (1987), o planejamento é um instrumento essencial para resolver as contradições entre o “crescimento econômico e a conservação do meio ambiente”; e que a questão, no entanto, não é somente técnica, mas sobretudo política, e diz respeito às visões e interesses de vários grupos sociais com interesses divergentes a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais. Essas dimensões políticas, segundo ele, não são claramente explicitadas no Relatório Brundtland.

Desde 1987, quando da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, a ONU começou a discutir a conveniência de se realizar nova conferência Internacional. A decisão pela realização da nova conferência (UNCED-ECO/92) foi efetivada através da resolução 44/228 da Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em dezembro de 1989. Nesta resolução, o texto abordava vários pontos, entre os quais estavam: 1) a reafirmação da soberania nacional na exploração de seus recursos e na definição de sua política ambiental, assim como sua responsabilidade em assegurar que suas atividades não prejudicassem outros Estados. 2) O reconhecimento de que grande parte de emissão de poluentes é proveniente dos países ditos desenvolvidos, responsabilizando-os com maior evidência. 3) A reafirmação de que o sério endividamento externo dos países subdesenvolvidos deve ser tratado de forma urgente e eficiente, de modo que estes possam ser capazes de contribuir nos esforços globais de proteção ambiental (CNMA, 1992).

A resolução 44/228 listou temas importantes que ficaram organizados em torno de seis componentes principais:

- Elaboração da Carta da Terra ou Declaração do Rio, com a definição dos princípios básicos para a conduta das nações e povos no que diz respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Este documento foi o único a ser acordado entre os países do Norte e do Sul, embora estando incompleto.

- Acordos sobre medidas legais específicas e convenções para a proteção atmosférica e à biodiversidade;

- Agenda 21 - estabelecendo um programa de trabalho da comunidade internacional para o período entre 1992 e o século XXI, com relação aos temas da Conferência, estabelecendo prioridades, objetivos, custos estimados, responsabilidades, além dos meios de implementação desta agenda;

- Fontes financeiras para subsidiar o “desenvolvimento sustentável”;
- Transferência de tecnologias limpas;
- Fortalecimento dos processos institucionais.

A preparação da UNCED se concretizou através de quatro reuniões de seu comitê preparatório (PREPCOM), realizadas entre 1990 e 1992, dividindo-se em três grupos de trabalho (CNMA, 1992).

Entre os países desenvolvidos, houve divisão de opiniões. Enquanto países como a Noruega e Países Baixos defendiam a idéia de que os países desenvolvidos deveriam diminuir seus padrões de consumo, outros países, como os Estados Unidos, se recusavam a aceitar a redução de suas emissões de CO₂ e recusavam-se em geral a assumir sua maior participação no financiamento de mecanismos que efetivassem a preservação do meio ambiente.

O grupo 77 (países subdesenvolvidos) apresentou proposta no 3º PREPCOM para que fossem abordados os seguintes itens: pobreza e desenvolvimento econômico, comércio e meio ambiente; ajuste estrutural; comércio e preços de mercadorias, dívida externa e corporações multinacionais. Quanto ao Brasil, a sua delegação oficial presente no 4º PREPCOM, omitiu-se e não apresentou propostas (CNMA, 1992).

Antecedendo as propostas de desenvolvimento sustentável colocadas pela Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED - foi realizada em Haya, na Holanda (25 a 27 de novembro de 1991), um simpósio com a participação de 40 pensadores de todo o mundo com a finalidade de contribuir com a conferência referida.

PRONK e HAQ (1992), responsáveis pela síntese do simpósio de Haya, informam que “desenvolvimento sustentável é um processo em que as políticas econômica, fiscal comercial, energética, agrícola, industrial e de outra ordem se formulam de maneira a obter um desenvolvimento que seja sustentável desde o ponto de vista econômico, social e ecológico”. Para que isso ocorra, é preciso que o consumo da população atual seja comedido para que as populações futuras não sofram com a dívida econômica, e que haja maiores investimentos na educação, saúde da população de hoje, de maneira que não crie uma dívida social para as gerações futuras, como também a utilização dos recursos naturais seja feita de forma que não crie dívidas ecológicas ao sobreexplorar a capacidade de sustento e a capacidade produtiva da terra.

As preocupações ambientais, segundo PRONK & HAQ (1992), decorrem do aumento da produção mundial numa crescente pressão sobre os recursos naturais que se esgotam. Como exemplo é citado que 10% das terras potencialmente férteis do planeta têm se convertido em desertos pela intervenção humana. Como causa, temos os grandes desmatamentos provocando todos os anos perdas de 8,5 milhões de hectares de terras pela erosão.

Outra grande preocupação ambiental suscitada pelos Autores foi sobre a questão **crescimento econômico e proteção ambiental**. Eles desfazem o conceito do relatório Meadows, que ressalta a importância do ambiente em detrimento de um crescimento zero, para grifar que não é o ritmo do crescimento econômico que nos permite medir os efeitos sobre o meio ambiente, mas sim a composição do PIB - a mescla de produtos tanto quanto os tipos de processo de produção - capaz de dizer se o impacto geral sobre o meio ambiente é positivo ou negativo.

Para PRONK & HAQ (1992), a manutenção do estado atual de pobreza será uma das maiores ameaças ao caráter sustentável do planeta físico como da vida humana. Segundo eles, os “pobres” e os países pobres” dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Sobre-utilizando esses recursos, eles destroem seu meio natural. Ao fazê-lo, ameaçam sua própria saúde e a vida de seus filhos. Com

isso a “pobreza” deve ser superada mediante o crescimento que é vital para dar mais opções às sociedades “pobres”. Porém, nos seus modelos de desenvolvimento, devem usar menos energia e serem mais racionais desde o ponto de vista ambiental do que tem sido a experiência histórica.

Em contrapartida, VIRGÍNIO (1992) ressalta que a pobreza não pode ser vista estanque à histórica relação de poder e dependência injusta dos países industrializados “ricos” para com os “pobres”. E que essa relação é diretamente responsável pelo empobrecimento e escassez dos recursos naturais. Complementa que os problemas sociais, dentre eles a pobreza econômica dos “países periféricos”, é produto do sistema mercantilista que deprecia os valores mais elementares de promoção humana.

Com referência aos países industrializados, Pronk e Haq comentam que não se pode deter o ritmo de crescimento desses, pois, assim, colocaria em perigo a taxa de crescimento dos países “pobres”, já que estes dependem do mercado dos primeiros. Dizem que o crescimento contínuo dos países industrializados se faz necessário para gerar tanto as novas tecnologias ecologicamente seguras, como a margem extra de recursos para transferi-los aos países “pobres”.

RODRIGUES apud VIRGÍNIO (1989) entende que as estratégias que enfatizam a modernização tecnológica se descuidam das mudanças estruturais e perdem a eficiência ao manter a sociedade tradicional. Em outras palavras, se a modernização tecnológica não vem paralela ou precedida por uma transformação social, poderá ser um obstáculo ao desenvolvimento, que deve ser entendido como um processo de promoção humana. O progresso tecnológico, sem mudanças estruturais, leva a um tipo de crescimento carente de justiça social e repressivo, sobretudo quando os grupos não privilegiados buscam praticar seu poder como integrantes da sociedade.

Por outro lado, VIRGÍNIO (1992) coloca que os países “ricos”, tentando continuar com o mesmo ritmo de crescimento, afirmando ajudar aos “pobres”, negam-se a entender as necessidades de transformações radicais nos modelos de

crescimento, não assumindo o compromisso de uma ética mundial solidária que exija direcionamento, aos países “periféricos”, de ações que resgatem a dívida histórica de exploração dos povos e de seus recursos naturais. Deste modo, por exemplo, Virgínio coloca que não podemos pensar exclusivamente na transferência de tecnologia aos “pobres” e sim na sua independência política, econômica e cultural, as quais lhes darão condições, entre outras coisas, de gerar tecnologias adequadas aos seus contextos sociais, culturais e ambientais.

Conforme PRONK & HAQ (1992), há diferenças críticas entre as prioridades ambientais dos países desenvolvidos e as dos países em desenvolvimento. Os primeiros têm sua preocupação voltada para os problemas de esquentamento da atmosfera a escala mundial, o esgotamento das camadas de ozônio e a eliminação de dejetos químicos. Os segundos estão preocupados com questões mais básicas de sobrevivência humana: a água e a terra. A erosão das terras tem constituído uma das grandes ameaças à vida dessas sociedades. Os autores concluem que, tanto a pobreza dos países “em desenvolvimento”, quanto a opulência do consumismo dos países “desenvolvidos” são inimigas do meio ambiente, e que normas ambientais semelhantes para esses países só podem gerar conflitos.

Porém, de uma forma genérica, PRONK & HAQ (1992) opinam no sentido de que os novos modelos de desenvolvimento sustentável devem centrar o homem como preocupação primordial; incorporar novas tecnologias seguras e racionais; procurar formas de refletir o valor de escassez dos recursos naturais nos futuros processos de decisões. Esses modelos devem ser participativos e basear-se nas comunidades, assegurando-lhes o controle sobre os próprios recursos naturais, devendo usar a sabedoria, a experiência e as tradições locais para a ordenação sustentável dos recursos naturais.

DIEGUES (1992), baseado em Chambers, enfatiza esse conceito. Porém, frisando a necessidade de se pensar o problema global sob a perspectiva de “sociedades sustentáveis” e não de “desenvolvimento sustentável”, que, segundo ele,

ainda se baseia na necessidade de se atingir o grau de desenvolvimento das sociedades industrializadas. Assim, cada sociedade se estrutura em termos de sustentabilidade própria, segundo suas tradições culturais, os próprios parâmetros e sua composição étnica específica. Isso possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de suas culturas, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política. Dessa forma, as pessoas, sobretudo as mais pobres, devem ser sujeitos e não objetos do “desenvolvimento”. O meio ambiente para este Autor constitui meios e não fins em si mesmos, em que a qualidade de vida passa a ser uma prioridade.

ROBINSON apud DIEGUES (1992) define sustentabilidade como “a persistência por um longo período de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiente natural”. Segundo ele, para essa sociedade existir é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, sendo um processo e não um estágio final. Ao mesmo tempo, não se propõe um determinado sistema sócio-político que dure para sempre, mas que deva ter capacidade para se transformar.

O desenvolvimento sustentável mantém estreita relação com a estrutura fundiária, quando esta se encontra em equilíbrio, ou seja, quando da ocupação das terras permite aos seus detentores que as ocupem de maneira desconcentrada, de forma que os recursos naturais não sejam esgotados e que a população consiga ter uma vida mais digna.

4 O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

O surgimento de “Sociedades Sustentáveis” definida no capítulo anterior por Diegues, só pode ser possível quando associado a uma política de desenvolvimento que descentraliza os meios de produção, redefinindo nova estrutura agrária, tornando mais equilibrada a distribuição da propriedade da terra, assim como melhorando as relações econômicas, sociais, políticas e ecológicas no campo e, conseqüentemente, no meio urbano.

A necessidade de promover algum tipo de alteração da forma como vêm sendo ocupadas as terras aráveis, entretanto, supõe a existência de uma “questão agrária”, ou seja, de problemas de má distribuição da propriedade, da existência de áreas inexploradas ou de conflitos entre proprietários e trabalhadores, sejam estes assalariados, parceiros ou pequenos proprietários cuja área não é suficiente para assegurar o sustento de suas famílias (MÜLLER 1995).

No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a questão agrária era discutida em torno da polêmica de como deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se que a agricultura brasileira, por ser incipiente, era uma barreira ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização. Isso foi ainda mais reforçado pela crise da economia brasileira, particularmente no período 1961/1967 (SILVA, 1985).

De 1967 até 1973, no período do “milagre brasileiro”, quando houve um crescimento acelerado da economia, pouco se falou da questão agrária, pois muitos achavam que ela tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola. Ocorre que esse aumento beneficiava os “produtos de exportação” como o café, a soja etc. (dominados pelos maiores detentores de terras, os latifundiários) em detrimento dos produtos alimentícios como o feijão, o arroz e outros (cultivados na sua maioria pelos pequenos agricultores). Logo que passou o período do “milagre”, foi observado que apenas uma minoria privilegiada havia se beneficiado, enquanto a maioria da população se tornava mais empobrecida (SILVA, 1985).

Essa polêmica sobre a questão agrária que ocorreu no País durante muitos anos tomou conta de vários segmentos da sociedade, como partidos políticos, intelectuais, Igreja. Isso surge basicamente de 1950 até os dias de hoje (STÉDILE, 1994).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia a tese de que para fazer o socialismo no Brasil era preciso se aliar à burguesia nacional que, segundo o Partido, tinha interesses semelhantes aos seus em fazer a reforma agrária no campo, com a finalidade de liberar a terra para o desenvolvimento natural do capitalismo. (STÉDILE, 1994).

Já o PC do B, originário do PCB, a partir de 62, rompe com o PCB ideologicamente e se alia as idéias de Mao Tsé Tung, passando a adotar como estratégia política para o Brasil a “ guerra popular prolongada”. Assim, eles passaram a dar prioridade naquela época ao trabalho de organização dos camponeses, porque seria no campo que se daria o conflito da guerra popular prolongada, com a finalidade de obter a reforma agrária.

Aparece uma terceira corrente de pensamento, a partir da década de 60, defendida pelos economistas que trabalhavam na CEPAL (Comissão econômica para a América Latina). Eles defendiam a idéia de que era necessária a reforma agrária no Brasil e na América Latina, porém essa reforma agrária tinha um caráter nitidamente capitalista, pois a finalidade estava em dar oportunidade a que mais gente obtivesse a propriedade da terra e pudesse, assim, se inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais (ferramentas, adubos, tratores etc.). Em suma, a reforma agrária seria para resolver o problema da indústria nacional com o objetivo de desenvolver um mercado interno capitalista nacional, e não para resolver o problema do campo. (STÉDILE, 1994).

A quarta corrente que se formou sobre a questão agrária teve como autor Caio Prado Júnior, oriundo do PCB. Sua tese defendida nos anos 60 contrastava com as três anteriores, fazia uma análise de que as relações de produção e sociais,

tipicamente capitalistas, já eram predominantes no campo e, portanto, se houvesse uma reforma agrária, esta deveria ter um caráter anticapitalista. Por outro lado, em sua avaliação, considerava que a burguesia nacional já estava aliada ao capital estrangeiro e que uma revolução brasileira aconteceria com outro tipo de aliança (STEDILE, 1994).

A Igreja surge como força de maior influência sobre os camponeses no Brasil. Sua primeira manifestação sobre a questão agrária se deu no setor conservador da Igreja. Em 1950, assustados com o resultado eleitoral do Partido Comunista nas eleições de 45,46, o setor conservador da Igreja promove uma reunião com bispos e fazendeiros em Minas Gerais e produz o primeiro documento formal da Igreja sobre a questão agrária. Esse documento reproduzia a visão européia de que cada um deveria ter a sua pequena propriedade capitalista. Com isso, a Igreja quis mostrar a sua manifestação a favor da Reforma Agrária, antes que o Partido Comunista o fizesse (STÉDILE, 1994).

Posteriormente, com o surgimento da Ação Católica e com os efeitos da pastoral social que teve o Vaticano II no Brasil, surgiu um movimento que era um serviço aos camponeses patrocinado pela CNBB na década de 60, que foi o MEB (Movimento de Educação de Base). O MEB assumiu a tarefa de conscientizar os trabalhadores do campo a se mobilizarem para conquistar a reforma agrária. Então, no período da década de 60, centenas de pastorais e militantes se engajaram no MEB e saíram pelos campos organizando sindicatos, ligas, programas de alfabetização. O trabalho do MEB então é barrado pela ditadura militar (STÉDILE, 1994).

A partir de 1974, a economia brasileira deixa de apresentar os elevados índices de crescimento do período anterior e começa a se delinear outra situação de crise (SILVA, 1985).

Em 1975, a Igreja ressurgiu com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia, que surgiu com uma articulação de bispos que atuavam na chamada Amazônia Legal e que estavam preocupados com o problema da violência

no campo e a falta de acesso à terra por parte dos posseiros que se aglomeravam em centenas de povoados. A partir dessa reunião, a CPT foi se organizando ao nível nacional, ao nível dos estados e dioceses, e a Igreja começou a recuperar todo o trabalho pastoral que tinha ficado para trás com a ditadura (STÉDILE, 1994).

No ano de 1980, a Igreja produz um documento em Itaici, que levanta como principal tese que foi a de diferenciar que “a terra devia ser para o trabalhador e não para negócio” (STÉDILE, 1994).

Quando muitos diziam que o aumento da produção agrícola acabaria com o problema da questão agrária, alguns viam claramente que não. Segundo SILVA (1985), Ignácio Rangel, desde 1962, alertava para a confusão que se fazia em torno da questão agrária e agrícola. Ele dizia que o setor agrícola, à medida que avançasse a industrialização do País, teria que:

- “aumentar a produção, para fornecer às indústrias nascentes matérias-primas, e às pessoas das cidade, alimentos;
- liberar a mão-de-obra necessária para o processo de industrialização”;

Se a produção agrícola não crescesse no ritmo necessário, ocorreria então uma crise agrícola pois faltariam alimentos e/ou matérias-primas, o que inviabilizaria a continuidade do processo de industrialização. De outra forma, se a agricultura liberasse muita ou pouca mão-de-obra em função das quantidades exigidas para a expansão industrial, ocorreria uma crise agrária.

Desse modo, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção: “o que se produz, onde se produz e quanto se produz”: isto é, a questão agrícola está voltada para as quantidades e os preços dos bens produzidos. Entrementes a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: “como se produz, de que forma se produz”. Em outras palavras, a questão agrária diz respeito “a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais etc” (SILVA, 1985).

A questão agrária brasileira está relacionada ao modo de produção capitalista. Para melhor entendimento, segundo SOARES (1985), o modo de produção é constituído pelas forças produtivas e pelas relações de produção. As forças produtivas são compostas pelos meios de trabalho (máquinas, rodovias etc.) mais objetos de trabalho (matéria-prima, o solo etc.) gerando os meios de produção, somando-se aos conhecimentos e habilidades do homem. Cada modo de produção possui uma lei econômica fundamental que lhe é inerente. Esta lei determina os aspectos principais do modo de produção, que exprime a essência destes.

Na história da humanidade, segundo SOARES (1985), se conhece cinco modos de produção: “modo de produção comunal-primitivo (comunismo primitivo); modo de produção feudal (feudalismo); modo de produção capitalista (capitalismo), e modo de produção comunista (comunismo), cuja etapa inferior é o socialismo”.

O modo de produção capitalista, por sua vez, é caracterizado pela propriedade privada sobre os meios de produção. A sociedade é dividida em duas classes sociais: burguesia e proletariado. Nesse modo de produção, tudo se transforma em mercadoria, inclusive a terra e a força de trabalho. O capitalismo em sua evolução surgiu do modo de produção feudal percorrendo duas etapas:

“O capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista; o primeiro se refere ao capitalismo de livre concorrência, no segundo à livre concorrência é substituída pelo monopólio (SOARES, 1985).

O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista caracteriza-se pela presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Isso traz transformações nas relações de produção na agricultura, redefinindo toda a estrutura sócio-econômica e política no campo (OLIVEIRA, 1990).

Essas relações capitalistas de produção no campo têm agravado a questão agrária brasileira. Em outras palavras, a maneira como tem crescido a produção agropecuária vem causando impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural. Isto é observado desde o início dos anos sessenta, com um

processo de migração crescente da população rural para as cidades, ocasionando a mendicância, desemprego, prostituição, entre outros (SILVA, 1985).

Com as transformações que o campo vem sofrendo, surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades. De uma maneira geral, os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção. Porém, existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ocorre no campo uma homogeneização com a formação de um operariado único num pólo e uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar, obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar que tem um papel muito significativo e tem crescido de modo expressivo representando mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura (OLIVEIRA, 1990).

Alguns autores que seguem a teoria clássica entendem que esse processo se dá por dois caminhos. O primeiro caminho seria “produto da destruição do pequeno produtor familiar de subsistência, através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista”. Ou seja, o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. O segundo caminho seria dado pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifundiários evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo. Para esses autores, os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). Há autores

que denominam esse processo de “modernização conservadora”, pois a estrutura social existente quase não se altera (OLIVEIRA, 1990).

Segundo STÉDILE (1994), a estrutura agrária no campo nas últimas décadas tornou-se ainda mais concentrada, e o fato de existirem grandes propriedades facilitou que fosse implantada uma modernização mais rápida. Segundo o Autor, no campo brasileiro ocorreram as três formas clássicas do capitalismo. A primeira foi a acumulação. Nessa forma, o capitalismo está constantemente acumulando, reinvestindo e aumentando o próprio negócio. Então, os proprietários rurais passaram a acumular cada vez mais estimulados pelas políticas econômicas do governo com créditos fáceis, com preços subsidiados. A concentração foi o segundo passo do movimento do capital no campo. Aqui, o capitalista do campo, não mais satisfeito em acumular dentro da sua própria empresa, passa a comprar terras vizinhas de pequenos agricultores. O terceiro passo do capital foi a centralização, isto é, o capitalista começa a atuar em vários setores, não só na agricultura, como também no comércio, na indústria, no capital financeiro.

Outro elemento novo introduzido nas últimas duas décadas no campo foi a agroindústria. Hoje, praticamente, todos os alimentos que a população brasileira consome passam por um processo agroindustrial. Isso vem acabando com as opções para as pequenas propriedades de um outro modelo de agricultura. Sendo assim, STÉDILE (1994) comenta: “no modo de produção capitalista, a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo industrial como a siderurgia, a tecelagem ou qualquer outro ramo, porém existe uma peculiaridade que na agricultura é impossível de eliminar, que é o problema da terra uma vez que esta constitui um recurso limitado e insubstituível”.

Para alguns autores, a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada, pois o capital pode subordinar a produção do tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a e pode, com isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. Assim, a valorização da terra tem tornado ainda mais

difícil a sua aquisição para os que precisam dela para aumentar seus cultivos e suas pastagens. (GUIMARÃES, 1982). Portanto, o traço essencial da estrutura fundiária brasileira está no caráter concentrado da terra.

Sobre o conceito de estrutura fundiária, ANDRADE (1980) cita que

“a estrutura fundiária corresponde a uma situação dada em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado de uma evolução histórica, de uma opção política e do nível tecnológico existente”.

Segundo GUIMARÃES (1985), historicamente, a estrutura fundiária do Brasil tem sido desigual. Isso remonta ao início da colonização do território brasileiro, que se fez primeiramente através das capitanias hereditárias e depois com doações de grandes extensões de terras a particulares, denominadas sesmarias. Com isso, surgiram os latifundiários escravistas, que detinham grandes extensões de terras, e o trabalho escravo. A finalidade do latifundiário era de produzir para exportar em grande escala. Sendo assim, a atividade econômica da Colônia estava em torno dele. Assim eram definidas duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Porém, em torno destas duas classes havia grupos de “brancos” que desempenhavam atividades variadas nos latifúndios, como também se dedicavam à agricultura, ocupando pedaços de terra, produzindo para a sua subsistência e para abastecer as vilas, cidades e também os próprios latifúndios, cuja maior parte da produção de alimentos se destinava à exportação.

Com a extinção do regime de sesmarias no século XIX, somado à ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, ocorre uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores. Porém, sob a pressão da Inglaterra - que tinha interesse num mercado comprador para os seus produtos manufaturados - o Brasil proíbe o tráfico negreiro em 1850. Nesse mesmo ano, é criada a lei das terras - legislação que definia o acesso à propriedade. Essa legislação dizia que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda.

Assim só poderia ter acesso às terras aqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. (GUIMARÃES, 1985).

A estrutura fundiária brasileira, comenta (STÉDILE, 1994); “herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços tem aumentado ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários”.

Segundo STÉDILE (1994), em 1940, o Brasil já apresentava seu traço concentrador. Ele cita que 1,5% dos estabelecimentos agrícolas com área superior a 1.000 hectares, ou seja, 27.812 unidades ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, ou 48% do total de terras, quase a metade, enquanto 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas detentores de menos de 100 ha, ou seja 1.630.000 unidades, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos, portanto, de 19% das terras.

Atualmente, é ainda mais acentuada a concentração de terras nas mãos de poucos, pois, de acordo com o último recadastramento do INCRA/1992, apud JORNAL “O POVO” (1995), os dados (ainda parciais e preliminares) revelam que “cerca de um milhão de imóveis rurais, cada um com área total de até 10 ha, representam 31,3% dos imóveis cadastrados. Somados, eles equivalem a aproximadamente 1% da área total. No outro extremo, na classe de 1000 ha a mais, de predominância latifundiária os imóveis rurais representam 1,4% do total, mas detêm 52,0% da área total”.

O Censo Agropecuário do IBGE/1985 mostra que “cerca de 53% dos estabelecimentos rurais, os que tinham área de menos de 10 ha equivaliam a 2,7% da área total. Os estabelecimentos com mais de 1.000 ha representavam menos de 1% das unidades produtivas, mas equivaliam a 44% da área total. Os estabelecimentos com menos de 100 ha eram cerca de 90% do número total, mas não chegavam a 22% da superfície global” (JORNAL “O POVO”, 1995). (TABELA 1).

O Ceará não foge a essa regra, pois, segundo o INCRA, (1992), o Estado continua apresentando um traço concentrador na sua estrutura fundiária. Isso é constatado quando os imóveis rurais, cada um com área de 10 ha, representam 28% dos imóveis do Estado, ocupando apenas 1,8% da área total. No outro extremo, na classe de 1.000 ha a mais, os imóveis rurais representam 0,72% do total, porém ocupam 19,63% da área total.

TABELA 1 - Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e Censitários do IBGE
Brasil

Classe de Área Total (ha)	Imóveis Rurais (INCRA)				Estabelecimentos Agropecuários (IBGE)			
	Número		Área		Número		Área	
	mil	%	milhões	%	mil	%	milhões	%
TOTAL	3.181	100,0	355,7	100,0	5.792*	100,0	374,9	100,0
Até 10	997	31,3	4,8	1,4	3.065	52,9	10,0	2,7
De 10 a 100	1.732	54,5	56,3	15,8	2.160	37,3	69,6	18,6
De 100 a 1000	406	12,8	109,5	30,8	517	8,9	131,4	35,0
1000 a mais	46	1,4	185,1	52,0	50	0,9	163,9	43,7

FONTE: Estatísticas preliminares (parciais) do recadastramento/92 - INCRA e Censo Agropecuário/85 - IBGE *excluídos os estabelecimentos "sem declaração", citados pelo Jornal "O POVO" (1995).

Conforme o IBGE, (1985), os dados confirmam essa disparidade crescente entre um número elevado de pequenos estabelecimentos em áreas ínfimas e poucos estabelecimentos em grandes áreas. Assim, esses dados mostram que 63,25% dos estabelecimentos com área abaixo de 10 ha ocupavam uma área apenas de 6,17% da área total. Os estabelecimentos com área acima de 100 ha, representavam 6,75% das unidades produtivas, porém equivaliam a 65,41% da área total. Os estabelecimentos com área inferior a 100 ha eram 93,25% do total, entretanto, ocupavam uma área de 34,58 ha da área total (TABELA 2).

TABELA 2 - Distribuição dos Dados Cadastrais do INCRA e Censitários do IBGE - Ceará.

Classes de Área (ha)	Imóveis Rurais (INCRA)				Estabelecimentos Agropecuário (IBGE)			
	Número	%	Área (ha)	(ha)	Número	%	Área (ha)	(ha)
Total	196.401	100	14.234.243,5	100	324.278	100	11.009.095	100
menos de 10	54.840	28	258.368,8	1,8	205.130	63,25	679.240	6,17
10 a 100	110.499	56,30	4.042083,7	28,40	97.245	30,00	3.127.982	28,41
100 a 1000	29.788	15,16	7.139.759,7	50,16	20.761	6,40	4.999.204	45,41
1000 a 10000	1.257	0,64	2.552.146,4	17,93	1.142	0,35	2.202.669	20,00
10000 a mais	17	0,08	241.884,7	1,70	-	-	-	-

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA/92. Censo Agropecuário do IBGE/85 - Ceará.

Segundo GUIMARÃES (1982), esse movimento simultâneo de concentração e fragmentação tem sido o traço marcante do processo evolutivo da agricultura brasileira. Isso porque o crescimento da agricultura brasileira sob o modo de produção capitalista fez-se ao longo do tempo, sobre a base de uma complementariedade. Porém, o Autor ressalta, que explorações minúsculas ou explorações gigantescas dificilmente mantêm níveis de produtividade e de lucratividade satisfatórios em relação à intensidade de trabalho ou à intensidade de capital empregado.

Conforme SILVA (1982), essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como o meio de produção fundamental. Com efeito, sob o domínio do capital, há uma intensificação do processo produtivo, que se traduz na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos destinados a elevar a produtividade do trabalho. A terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter,

em menores áreas, um produto igual ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões.

Entretanto, quando se relaciona a renda bruta gerada nas propriedades, ou seja, o valor total da produção, com o seu tamanho, evidencia-se o peso indiscutível da terra na agricultura brasileira. Como exemplo, SILVA (1982) cita que, “em 1972 das propriedades de menos de 10 ha, verificou-se que perto de 80% tinha uma renda bruta anual inferior a 3 mil cruzeiros, o que correspondia na época aproximadamente um salário mínimo por mês. Das propriedades de 10 a 100 ha, aproximadamente a metade estava localizada nesse grupo de menor renda bruta anual; e cerca de 20% no estrato imediatamente acima. Ou seja, perto de três quartos das propriedades de menos de 100 ha tinham, em 1972, uma renda bruta inferior a 6 mil cruzeiros que correspondia a menos de dois salários mínimos por mês durante o ano. (...) um terço dos imóveis com área superior a 1000 ha tinha renda bruta anual inferior a 3 mil cruzeiros. Eram os imóveis com pequenas frações de sua área total explorada; além disso uma parcela deles eram propriedades totalmente inexploradas “vazias”, à espera de valorização imobiliária”.

Segundo SILVA, (1982), a distribuição da propriedade da terra apresenta um grau de concentração maior que a distribuição da renda bruta entre os imóveis rurais. Assim ele deduz que as pequenas propriedades possuem maior produção por unidade de área.

Conforme observado em passagem desse estudo, a estrutura fundiária tem se mostrado em desequilíbrio tanto no Brasil como no Ceará, privilegiando poucos com grandes áreas, muitas vezes ociosas, em detrimento de uma maioria que, espremida em áreas reduzidas, explora até o esgotamento os seus recursos naturais.

Por um lado, a concentração da terra impede a sua função social. Por sua vez, a fragmentação da terra, conforme os dados enunciados, vem tornando a área de exploração cada vez menor, o que pode ocasionar desgastes ou empobrecimento nos recursos naturais e uma conseqüente pobreza da população conforme aludiram Pronk e Haq, em conseqüência do uso intenso do solo numa área reduzida, muitas

vezes abaixo do módulo rural, módulo fiscal ou até mesmo da fração mínima de parcelamento.

Vale ressaltar que, associado a esse problema da fragmentação da terra, temos a Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989 (responsável pela alteração da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Art. 16 e parágrafo 2º), que reduz ainda mais a área de exploração. Nessa lei, consta que, “cada propriedade deve ter uma área de reserva legal, assim entendida por uma área de no mínimo 20% de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso. (...) sendo vedada alteração de sua destinação nos casos de transmissão, a qualquer título ou de desmembramento da área” (BRASIL, 1989).

Módulo rural, segundo o ESTATUTO DA TERRA (1964), lei nº 4.504, art; 4º, é a área fixada para a propriedade familiar, que é definida como “o imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. Em outras palavras, o conceito de módulo rural está associado ao de uma área padrão que caracteriza uma propriedade rural suficiente para uma família trabalhar e obter o seu sustento.

O artigo 11 do decreto 55.891/65, apud DI SABBATO (1994), diz que: “o módulo rural tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico”.

Já a lei 5.868/72, em seu artigo 8º, determinava que “nenhum imóvel rural podia ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior a Fração Mínima de parcelamento excetuados os casos em que a alienação da área se destinasse à anexação a imóvel confrontante e desde que o imóvel do qual se desmembrasse permanecesse com área igual ou superior a fração mínima de parcelamento”. Estabelecia, ainda, a regra a ser seguida no seu dimensionamento: “A fração mínima de parcelamento seria o módulo rural calculado para o mesmo ou a fração

mínima de parcelamento do município de sua localização, prevalecendo a menor área. “Esse Artigo em seu parágrafo 1º também estabelecia os critérios para a determinação da fração mínima de parcelamento dos municípios. Porém já modificado e redimensionado pela Portaria MIRAD nº 32 de 11 de janeiro de 1989 conforme é observado na Tabela 3 (DI SABBATO, 1994); INCRA (1993).

A zona típica do módulo - ZTM - “estabelece as diversas dimensões dos módulos segundo os tipos de exploração dominantes em cada zona com características ecológicas e econômicas homogêneas, tomando por base as microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE e adotadas até 1992, e embaçam o dimensionamento do módulo rural do imóvel (INCRA, 1993)”.

O módulo fiscal foi criado pela Lei 6.746/79, com a finalidade de lançamento do Imposto Territorial Rural - ITR. Posteriormente, o Decreto 84.685/80, que regulamentou a citada lei, relacionou com a classificação dos imóveis rurais (DI SABBATO, 1994).

Esta medida, segundo a lei 6.746/79, deveria ser expressa em hectare e determinada para cada município, levando-se em conta os seguintes fatores: “- tipo de exploração dominante no município; renda obtida no tipo de exploração predominante; outros tipos de exploração existentes no município que sejam expressivos em função da renda obtida ou da área utilizada; o conceito de “Propriedade Familiar”, definida no Estatuto da Terra (DI SABBATO, 1994).

Com a lei nº 8.847, de 28/01/94, o módulo fiscal perde o seu caráter tributário e fiscal. Assim permanece apenas a classificação dos imóveis rurais a partir do número de módulos fiscais. Neste particular, coexistem dois dispositivos legais distintos: “o Decreto nº 84.685, de 1980, que estabelece a classificação dos imóveis rurais em minifúndios, latifúndios (por exploração e por dimensão) e empresas rurais, e a Lei nº 8.629, de 1993, que estabelece a classificação em pequena e média propriedade rurais (DI SABBATO, 1994).

Entretanto, para fins de desapropriação, as definições classificatórias como Empresa Rural e Latifúndio, embora não revogadas, perderam sua eficácia.

TABELA 3 - Dimensão de módulo por tipo de exploração

Código ZTM		Lavouras				
da		Hortigran-				
ZTM		jeira	Permanente	Temporária	Pecuária	Florestal
1	A1	2	10	30	45	5
2	A2	2	13	40	60	10
3	A3	3	15	50	60	15
4	B1	3	16	50	80	20
5	B2	3	20	60	85	25
6	B3	4	25	70	90	30
7	C1	4	30	90	110	55
8	C2	5	35	110	115	70
9	D	5	40	110	120	100

Fonte: INCRA (1993).

Segundo o INCRA (1993), a conceituação dos imóveis rurais quanto à sua classificação é a seguinte:

anterior à Lei 8.629/93:

- "Minifúndio - imóvel rural de área e possibilidade inferior às da propriedade familiar, cuja dimensão corresponderia a um módulo rural.

- Latifúndio - subdividido em duas categorias: Latifúndio por dimensão - imóvel rural que tenha número de módulos rurais calculados superior a 600. Latifúndio por exploração - imóvel rural que tenha número de módulos rurais compreendido entre 1 a 600 e seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de Empresa Rural. - Empresa Rural - imóvel que tenha o número de módulos rurais compreendido entre 1 e 600, onde é explorado econômica e racionalmente dentro de

condições de rendimento econômico da região em que se situe e explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados pelo Poder Executivo.

Após a Lei 8.629/93:

“ Pequena Propriedade - imóveis com área compreendida entre 1 (hum) e 4 (quatro) módulos Fiscais.

Média Propriedade - imóveis com área superior a 4 (quatro e até 15 (quinze) módulos fiscais”.

Segundo o INCRA, embora não constando na referida legislação, eles ainda classificam os imóveis rurais como:

- “Minifúndio - imóveis com área abaixo de hum módulo fiscal.

- Grande Propriedade - imóveis com área maior ou igual a 15 (quinze) módulos fiscais”.

Com base na fundamentação teórica explicitada, levantou-se a seguinte questão: quais as possíveis implicações da estrutura fundiária para o desenvolvimento do Município de Viçosa do Ceará na perspectiva conceitual do desenvolvimento sustentável?

A pesquisa prossegue buscando meios para tentar responder a essa pergunta. Assim são apresentados os objetivos:

Objetivo Geral:

- Oferecer subsídios com vistas à definição de políticas agrícolas e agrárias na concepção de desenvolvimento sustentável.

Objetivos Específicos:

- 1 Conhecer teoricamente a importância da estrutura fundiária no desenvolvimento sustentável;
- 2 Levantar a estrutura fundiária do município de Viçosa do Ceará;
- 3 Conhecer as possíveis conseqüências dessa estrutura fundiária na visão da população (agricultores e técnicos) do Município em estudo.

5 A INVESTIGAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa de cunho descritivo utilizou-se do método dialético, o que possibilitou uma abordagem mais total do assunto estudado, contemplando visões diferentes na busca de maior compreensão.

Essas visões foram levantadas através dos dados quantitativos de três instituições (INCRA, IBGE e IDACE), sendo que a abordagem de cada uma tem a sua peculiaridade. A primeira, cuja fonte são os dados cadastrais levantados pelo INCRA, permite distinguir como se acha distribuído o espaço fundiário entre seus detentores (proprietários e posseiros). A segunda nos mostra de que forma os produtores rurais ocupam tal espaço, sendo tais informações extraídas dos Censos Agropecuários do IBGE. A terceira, com vertente nos dados do Laudo Fundiário do Município em estudo, realizado pelo IDACE, que nos mostra através do fotocadastramento o tamanho das áreas dos estabelecimentos ocupadas por proprietários e posseiros.

Também foram contemplados os dados qualitativos levantados pela pesquisa junto aos agricultores, técnico agrícola e agrônomos que possibilitaram uma visão subjetiva dos problemas encontrados.

Em se tratando dos dados quantitativos, é preciso alertar para o fato de que:

- O INCRA cadastra os imóveis rurais mediante a palavra do proprietário. Este pode omitir os dados, diminuindo a área de sua propriedade com a finalidade de diminuir o ITR (Imposto Territorial Rural) ou até mesmo livrar-se deste.

- O IBGE dimensiona a área dos estabelecimentos por amostragem, apresentando uma visão reduzida da área;

- O IDACE é mais preciso, quando obtém o tamanho da área do imóvel através de fotografias aéreas e identificando-as em campo. Porém, a falta de verbas para a conclusão desse trabalho impossibilitou a reambulação (medições topográficas) da área, demonstrando que esta não é real podendo acusar distorções

de 10% da área. Também ocorre que 7% da área total não foram cobertas pelas técnicas aerofotogramétricas.

Com relação aos dados qualitativos, a pesquisa limitou-se a uma sondagem com aplicação de questionários junto aos agricultores e técnicos. Não foram usadas técnicas estatísticas, mas apenas dados numéricos

6 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE VIÇOSA DO CEARÁ: CONCENTRADA E/OU FRACIONADA?

De acordo com o ESTATUTO DA TERRA (1964) a propriedade familiar é uma propriedade rural suficiente para uma família trabalhar e obter o seu sustento. Segundo os cálculos do setor de recadastramento do INCRA, Viçosa do Ceará possui um módulo fiscal equivalente a 50 hectares e a fração mínima de parcelamento de 25 hectares, equivalente a ZTM B₃, com base nas lavouras de cultura permanente explicitada na tabela 4.

Porém, não são verdadeiros, na sua maioria, esses dados que demonstram o tamanho ideal e legal para uma família do citado Município obter o seu sustento, dando condições para não sobreexplorar a capacidade de sustento e a capacidade produtiva da terra de forma a não criar dívidas ecológicas e, conseqüentemente, dívidas econômicas e sociais. Segundo o cadastro de imóveis rurais do INCRA (1991), dos 2.838 imóveis rurais cadastrados, 2.378, ou seja 83,79% são considerados minifúndios - abaixo do módulo fiscal -, ocupando uma área de 29,26% da área total cadastrada. Os imóveis pertencentes a outras classificações - acima do módulo fiscal - correspondem a apenas 16,20% dos imóveis rurais, ocupando 70,73% da área total cadastrada.

Entretanto, é observada uma grande ociosidade de terras, consideradas aproveitáveis mas não exploradas, fazendo com que o município de Viçosa do Ceará ocupe o 21^o lugar em áreas ociosas do Estado. Considere-se que 84,85% dos 2.838 imóveis rurais cadastrados possuem áreas ociosas que equivalem a 52,87% da área cadastrada. E com relação a área total do município, 49,47% das áreas cadastradas se encontram ociosas.

Não se pode, com isso, justificar a natureza dessa ociosidade. No entanto, pode-se grifar que esta venha a ser proveniente da especulação aludida por GUIMARÃES (1982); ou da degradação do meio ambiente (por exemplo, o empobrecimento do solo). A abordagem desse problema é feita pelo técnico agrícola

Edmilson da Silva Sena, que diz: “(...) o homem do campo aqui nesse município ainda usa técnica rudimentar para plantar. Utiliza a terra de forma errada ocasionando sérios problemas de desgastes nos recursos naturais (...)”.

A falta de capital para custear as despesas com insumos, máquinas etc. pode ser outro fator para a ocorrência dessa ociosidade, conforme o mencionado técnico agrícola explicita: “(...) a produção tem caído. Isso se atribui a falta de recursos do produtor para adubar a terra”.

A concentração de terras e o seu fracionamento que se dá de forma agravante, tanto no Brasil como no Ceará, é também observada em Viçosa do Ceará. Isso pode ser visto na evolução da estrutura fundiária do Município pelos dados censitários do IBGE (1970, 1975, 1980 e 1985), mostrando que foi pouco alterada no decorrer desses anos, (Tabela 4).

Com base nas datas extremas, temos que, em 1970, 87% dos estabelecimentos se encontravam abaixo do módulo fiscal, ocupando uma área apenas de 28%. Enquanto isso, 13% dos estabelecimentos acima do módulo ocupavam uma área de 72%.

Esse agravante continua até 1985, pois, conforme os dados na Tabela 4, 91,07% dos estabelecimentos encontrados abaixo do módulo fiscal ocupavam uma área de 28,29% da área total cadastrada, enquanto 8,92% dos estabelecimentos acima do módulo ocupavam uma área de 71,71% do total da área cadastrada.

Para conhecermos ainda melhor a estrutura fundiária de Viçosa do Ceará, é preciso levarmos em consideração a existência de duas perspectivas diferentes. A primeira, cuja fonte é proveniente dos dados cadastrais do INCRA (1991), permite distinguir como se acha distribuído o espaço fundiário entre seus detentores (proprietários e posseiros). A segunda nos mostra de que forma os produtores rurais ocupam tal espaço (essas informações advêm do Censo Agropecuário do IBGE, (1985)).

Embora essas duas instituições utilizem em suas pesquisas esquemas conceituais próprios e diferentes, ambas traduzem um acentuado grau de concentração e fragmentação das terras.

De acordo com o último recadastramento do INCRA (1991), os dados revelam que 43% dos imóveis rurais, cada um com área total abaixo de 10 ha, equivalem a 4,2% da área total cadastrada.

No outro extremo, na classe de 1.000 hectares ou mais de predominância latifundiária, os imóveis rurais representam 0,38% do total, porém detêm 14,60% da área total.

O Censo Agropecuário do IBGE mostra que, em 1985, 70,82 dos estabelecimentos rurais que tinham área abaixo de 10 ha, somados, equivalem a uma área de apenas 9,64%. Os estabelecimentos com área superior a 1000 ha representavam 0,31% das unidades produtivas, mas equivalem a 18,45% da área total (Tabela 5).

Ainda mencionado os dados do INCRA, (porém dados preliminares, pois se referem ao ano de 1992, cujo recadastramento não está totalizado) estes revelam que o município de Viçosa do Ceará ocupa o 1º lugar em número de minifúndios.

Outra forma de entender a estrutura fundiária do Município em estudo é através do laudo fundiário do IDACE (1992). Pode-se observar que, dos 4.186 estabelecimentos agrícolas levantados pelo fotocadastramento, 90% estavam abaixo do módulo fiscal, ocupando uma área de 28,75% da área total fotocadastrada, enquanto 10% estavam acima do módulo, ocupando um área de 71,25%, (Tabela 6).

Relativamente à Fração Mínima de Parcelamento, cerca de 81% dos estabelecimentos se encontram abaixo do limite permitido.

TABELA 4 - Evolução da Estrutura Fundiária de Viçosa do Ceará nos Anos 1970/1975/1980/1985.

Classe de Área	1970		1975		1980		1985	
	E	A	E	A	E	A	E	A
	%	%	%	%	%	%	%	%
Total	3040	106.379	3182	99.293	2973	122.373	4.158	94.865
(ha)								
Total								
0 < 10	1641	6.763	1622	6.876	1468	6.039	2.946	9.143
10 < 20	478	6.950	615	8.194	475	6.398	450	5.822
20 < 50	533	16.792	566	17.027	558	16.700	391	11.887
50 < 100	208	14.798	223	15.007	234	16.177	191	13.200
100 < 500	151	30.970	134	25.378	205	38.588	153	26.821
500 < 1000	20	14.494	14	8.961	18	12.498	16	10.491
≥ 1000	9	15.613	8	17.850	15	25.973	11	17.501

Fonte: IBGE

E = Estabelecimento

A = Área em hectares.

TABELA 5 - Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e censitários do IBGE para o Município de Viçosa do Ceará.

Classe de Área Total (ha)	IMÓVEIS RURAIS (INCRA)				ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (IBGE)			
	Número	%	Área (ha)	%	Número	%	Área (ha)	%
Total	2.838	100,00	120.052,3	100,00	4.160	100,00	94.869	100,00
< 10	1.220	43,00	5.037,4	4,20	2.946	70,82	9.144	9,64
10 < 100	1.382	48,70	45.859,7	38,20	1.032	24,81	30.910	32,58
100 < 1000	225	7,92	51.654,9	43,00	169	4,06	37.313	39,33
1000 ou mais	11	0,38	17.500,3	14,60	13	0,31	17.502	18,45

Fonte: INCRA (1991), IBGE (1985).

Vale ressaltar que 2.634 estabelecimentos agrícolas se encontravam abaixo de 10 ha, isto é, 62,92% do total de estabelecimentos, ocupando uma área de apenas 7,08% do total da área fotocadastrada.

No outro extremo, na classe de 1.000 hectares ou mais de predominância latifundiária, os estabelecimentos agrícolas representam 0,40% do total de estabelecimentos, mas detêm 23,50% da área total fotocadastrada. (Tabela 6).

A estrutura fundiária de Viçosa do Ceará, através da obtenção de dados provenientes de três instituições diferentes, que convergem para o mesmo ponto se configura na concentração de terras nas mãos de poucos e num crescente fracionamento caracterizado pelos minifúndios.

Com relação ao crescente fracionamento das terras, o agrônomo Raimundo da Silveira Carvalho Filho* diz que, "isso ocorre devido ao aumento populacional e

* Os dados sobre o entrevistado encontram-se no Apêndice

a partilha no processo de herança”. Continua ainda dizendo que, “na 1ª geração pela lei de herança todos os filhos herdam na mesma proporção. A tendência natural então é subdividir a terra tornando-a cada vez menor, o que trará sérios problemas aos recursos naturais decorrente do uso intensivo da terra que acarretará numa incidente pobreza da população”.

TABELA 6 - Laudo Fundiário do Município de Viçosa do Ceará.

Classe de Área	ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS				
	Total (ha)	Número	%	Área (ha)	%
Total		4.186	100,00	115.070,03	100,00
0 < 10		2.634	62,92	8.141,58	7,08
10 < 25		749	17,90	11.233,57	9,76
25 < 50		387	9,24	13.706,37	11,91
50 < 100		217	5,20	15.307,37	13,30
100 < 500		169	4,00	31.676,51	27,53
500 < 1000		14	0,33	7.957,37	6,92
≥ 1000		16	0,40	27.047,26	23,50

Fonte: IDACE/1992.

O mesmo fato é observado pelo agrônomo Raimundo Wilton Bezerra e Silva* que diz: “esse fracionamento ocorre não só em Viçosa do Ceará, mas em toda a Serra da Ibiapaba. Isso é decorrente da divisão de terras por herança. Na Ibiapaba toda, existem propriedades já muito pequenas, cuja maioria estão abaixo da classe de 10 ha”.

Ainda confirmando esse fracionamento de terras por intermédio de herança, o Técnico Agrícola Edmilson da Silva Sena* diz que, “isso vem ocorrendo devido ao

* Dados sobre o entrevistado emitidos no Apêndice

aumento de dependentes familiares. Enquanto a média de filhos numa família da zona urbana é de 3 filhos, na zona rural a média é de 5 filhos”.

Continuando a decorrer sobre o assunto, ele diz que, “um exemplo bem nítido de fracionamento de terras devido ao aumento das famílias é observado no terreno do INCRA, no local chamado de Macajetuba-I. Esse terreno foi comprado para assentar 30 famílias. Na divisão do terreno de 400 ha em parcelas, a maior parcela tinha 20 ha, enquanto a menor, por estar numa área considerada mais produtiva e por ter água, tinha 6 ha. Quem tinha 20 ha atualmente está resumido em 15 ha e quem tinha 6 ha passou a ter 4 ha, pois um filho foi casando, outro filho também, e assim a terra foi se dividindo pelo simples fato da família também se dividir”. Além disso, Sena diz que, ao adquirir o título de propriedade, o proprietário vende alguns hectares, pois, muitas vezes, faltam-lhe recursos financeiros para este trabalhar a terra. E como consequência, muitos migram para diversas localidades do Brasil.

De acordo com a colocação dos profissionais mencionados, o fracionamento das terras de Viçosa do Ceará está relacionado com o aumento populacional resultando na divisão por herança, o que vem gerando uma intensificação no uso das terras.

É observado, ainda, que, segundo o IBGE (1985), no Município de Viçosa do Ceará quase não se faz conservação do solo. Dos 4.160 estabelecimentos levantados pelo Censo Agropecuário, apenas 4,7% utilizavam a prática de adubação química e 10,24% usavam a adubação orgânica que, geralmente, provêm dos restos das culturas ou das folhagens das matas. Apenas 0,57% dos estabelecimentos usavam calcário para a correção da acidez dos solos e 3,1% dos estabelecimentos se utilizavam de defensivos químicos nas suas culturas. A prática conservacionista em curvas de nível eram utilizadas apenas em 0,55% dos estabelecimentos e o terraceamento em apenas 0,16% do total dos estabelecimentos levantados.

Segundo sondagem feita junto a alguns agricultores do Município, é pertinente o pouco uso de práticas de conservação do solo, limitando-se na sua maioria à adubação orgânica e à rotação de culturas e/ou de solos. Quando empregada a adubação química, muitas vezes o agricultor tem corrido o risco de extrapolar nas doses permitidas podendo ocasionar sérios problemas de saúde para a população.

Nos últimos anos, segundo o técnico agrícola citado, alguns agricultores têm dado certa importância à cultura de hortaliças, principalmente o tomate e o pimentão, como também o plantio de maracujá. Isso por serem culturas de ciclo curto, o que favorece um retorno financeiro mais rápido, o que tem feito da cultura de hortaliças uma cultura comercial, tendo primazia na receita do Município. Porém, o entrevistado afirma que “da maneira que tem sido explorada a cultura de hortaliças, tem causado danos ao solo, pois as vezes é plantado em terrenos declivosos e não se faz curvas de nível”. Ainda, segundo o Técnico Agrícola, “não existe para esses cultivos um sistema de irrigação adequado, utilizando fortes jatos no pé da planta, desagregando o solo, deixando as raízes expostas”. (FOTO 7 no APÊNDICE).

7 IMPLICAÇÕES DO ESTUDO: CONCLUSÕES

Essa monografia se propôs a mostrar as possíveis implicações da Estrutura Fundiária ao desenvolvimento sustentável do Município de Viçosa do Ceará, oferecendo, com isso, subsídios para futuras pesquisas que por ventura não de vir.

Segundo os dados expostos, foi demonstrado que a estrutura fundiária do Município mantém-se com o convívio antagônico entre a existência de grandes áreas ocupadas por uma ínfima parcela da população e uma maioria que ocupa áreas abaixo daquela permitida por lei.

Com base nas informações emitidas por dados primários e secundários, foram observadas grandes áreas de terras ociosas, como também se verificou o uso intensivo de terras em áreas reduzidas. Esse uso intensivo dos solos pode estar provocando seu desgaste. Foi observada ainda, a queda da produção de algumas culturas, bem como constatado o pouco uso de práticas de conservação dos solos.

Essas são as possíveis conseqüências da estrutura fundiária encontrada no Município de Viçosa do Ceará, onde a desigualdade, a ociosidade e o crescente fracionamento das terras podem estar impedindo a sua função social. Consoante ESTATUTO DA TERRA (1964), para que isso ocorra é preciso "manter níveis satisfatórios de produtividade; assegurar a conservação dos recursos naturais; favorecer o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, regular se preciso, as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam".

Ao final, cumpri-nos - após posta, discutida e baseada a problemática também sob o prisma teórico - proceder a algumas sugestões, visando a contribuir para minimizar os problemas do atual sistema fundiário de Viçosa do Ceará:

- 1) Essa estrutura fundiária precisa ser reformada para propiciar a justa distribuição das terras a fim de torná-las não só produtivas, implantando-se os serviços públicos indispensáveis, a assistência técnica, social, educacional, à

comercialização, ao cooperativismo rural, tudo pautado num desenvolvimento que seja sustentável, isto é, num desenvolvimento que contemple a participação da comunidade nos processos de decisões. 2) A incorporação de tecnologias seguras e racionais a suas culturas e pastagens. 3) A utilização dos seus recursos naturais de forma que não gere dívidas ecológicas ao explorar a capacidade produtiva da terra.

Portanto, esse novo modelo de desenvolvimento deve assegurar à comunidade do local o controle sobre os próprios recursos naturais, e que, segundo suas tradições, culturas e suas realidades, possibilite a essa comunidade definir o próprio padrão de bem-estar, desde que presididas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.

A continuação dessa estrutura poderá retardar o desenvolvimento de Viçosa do Ceará e provocar dívidas ecológicas para futuras gerações. Portanto, a intenção desse estudo é ponto primordial para a definição de políticas agrícolas e agrárias no Município.

A Autora propõe novos estudos dentro da área, sugerindo, também, a pesquisa de cunho exploratório utilizando grupo de controle, delineamento estatístico, aplicação de questionários aleatórios e entrevistas não formais.

Entre esses estudos propostos, é de grande conveniência, em primeiro lugar, fazer uma pesquisa sobre o uso atual das terras de Viçosa do Ceará e como estão elas enquadradas na capacidade de uso. Esperamos que este estudo sirva como subsídio para novas investigações e demonstre com a maior veemência os problemas ligados à degradação e conservação dos recursos naturais.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Moacir, J.C.P. O Desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil. Reforma Agrária, Campinas, v.20, n.1-3, p. 13-22, abr./dez. 1990.
- ANDRADE, .Manuel Correia de. Latifúndio e reforma agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980. (coleção história e sociedade).
- BARROS, Luiz Teixeira. História de Viçosa do Ceará. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto do Estado do Ceará. 1980. 325 p.
- BRASIL. Lei Nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Alterou a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis Nºs 6.535 de 15 de junho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 127, n. 137, p. 12025-12026, 20 de jul. 1989. Seção 1.
- CARVALHO, Isabel C.M. Os mitos do desenvolvimento sustentável. PG 75, p. 17-21, nov./dez. 1991.
- CNMA - Comissão Nacional do Meio Ambiente. Sindicalismo e meio ambiente. São Paulo: CUT, 1992. 19p.
- CUT. Subsídio para a posição da CUT no fórum global. [s.l: s.n.], mimeografado.
- DI SABBATO, Alberto. Estudo sobre o módulo; análise sistemática de cálculo atual. Fortaleza: INCRA, 1994. 28p. Mimeografado.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva, v.6, n.1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.
- EMATER. Plano anual de trabalho - PAT. Viçosa do Ceará, 1994.
- ESTATUTO DA TERRA. Lei nº 4.505, de 5 de novembro de 1964. Brasília, 19--), 53p.

- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.
- GIRÃO, Raimundo, MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939. 514p. cap. Viçosa.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154p.
- GUERRA, Antônio Teixeira. Dicionário geológico - geomorfológico. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 446p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HULME, David, TURNER, Mark. Studies in Sociology and development: theories, policies and practices. Hamester Weatshearf. 66 wood Lane End, Hemel Hempstead. Hertfortshire HP4R6. A division of Jimou & Shuster Internacional Group. 1990.
- IBGE. Censo Agropecuário. Ceará, 1975. v.1. t.7.
- IBGE. Censo Agropecuário. Ceará, 1980. v.2. t.3, n.9.
- IBGE. Censo Agropecuário. Ceará, 1985. n.1.
- IBGE. Recenseamento Geral, 8. Ceará, 1970. v.3. t.4. (série regional).
- IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Relatório Técnico. Diagnóstico da área de Viçosa do Ceará. Viçosa do Ceará, 1992.
- IDACE. Laudo fundiário do município de Viçosa do Ceará. Viçosa do Ceará, 1992.
- INCRA - Estudo sobre o módulo. Análise da sistemática de cálculo. Brasília, 1994. 28 p. Mimeografado.
- INCRA. Índices Básicos - 1992, Brasília, 1993.
- INCRA. Perfil da Estrutura Fundiária do Estado do Ceará. Fortaleza. 1985. Mimeografado.
- INCRA. Sistema de Classificação dos Imóveis rurais. 1994.

- INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Ceará, 1991.
- INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Ceará, 1992.
- IPLANCE. Atlas do Ceará. Fortaleza. 1989.
- IPLANCE. Informação básica do Estado do Ceará. Fortaleza, 1994.
- IPLANCE. Informação básica municipal: Viçosa do Ceará. Fortaleza, 1994. 14p.
- JORNAL "O POVO". Situação fundiária do País. Universidade Aberta. Cad. 2. Fortaleza, 1995.
- LEMOS, José de Jesus Sousa et alii. Agricultura do Ceará - Diagnósticos. In: Diagnóstico Sócio-ambiental do Estado do Ceará - O Olhar da Sociedade civil. Fórum da Sociedade Civil. Fortaleza: BNB, 1993.
- MÜLLER, Carlos Alves, Reforma Agrária no mundo Jornal "O POVO" - Universidade Aberta cad. 3. Fortaleza, 1995.
- NAHUZ, Cecília dos Santos, FERREIRA, Lusimar Silva. Manual para normalização de monografias. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 1993. 139p.
- NOSSO FUTURO COMUM - Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430p.
- OLIVEIRA Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1990
- PRONK, Jan, HAQ, Mahbulul. El Informe de la Haya. Desarrollo Sostenible: del concepto a la acción. Ministério de cooperación para el Desarrollo. Ministério de Relaciones Exteriores - Países Bajos. Programa de las Naciones Unidas para o desarrollo (PNUD). Conferência de La Naciones Unidas sobre el medio ambiente y el desarrollo (CNUMAD), 1992.

- SALES, Vanda Claudino. Sistemas ambientais e degradação sócio-ambiental no Estado do Ceará. In: Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará (O Olhar da Sociedade civil). Fórum da Sociedade civil cearense sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Fortaleza, 1992.
- SANTOS, Selene Herculano dos. Reflexões críticas sobre o Relatório Brundtland: As questões do Desenvolvimento Sustentável da "Nova Ordem Econômica Internacional". Rio de Janeiro, 1991.
- SANTOS, Theotônio dos Economia mundial - Integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária? São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOARES, Alcides Ribeiro. Princípios da economia política (uma introdução à leitura de "O capital"). São Paulo: Global Universitária, 1985.
- STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- SUDENE. Mapa de Viçosa do Ceará. Recife. 1977.
- VESENTINI, José Wiliam. Eis a nova des(ordem) mundial. Revista Nova Escola. 1993.
- VIRGINIO, Elias. Que puede ser el desarrollo sostenible desde una vision latinoamericana? (una critica al informe de la Haya). [s.l: s.n.], [19--]. Mimeografado.
- WALDMAN, Maurício. A Eco-92 e a necessidade de um novo projeto. São Paulo: [s.n.], 1992. Mimeografado.

9 - APÊNDICE

9.1 Roteiro das entrevistas realizadas com alguns agricultores de Viçosa do Ceará

- 1) Área da propriedade
- 2) Topografia da área da propriedade
- 3) Você acha que o espaço da sua propriedade é suficiente para a exploração das culturas sem, no entanto, degradar o solo?
- 4) Ocorre frequentemente desmatamento? E se ocorre, qual é a sua finalidade?
- 5) A propriedade anteriormente era explorada com que cultura? E atualmente, que tipo de culturas estão sendo exploradas?
- 6) Na sua propriedade existe alguma área que já não serve mais para cultivar?
- 7) Está ocorrendo queda da produção nos últimos anos?
- 8) São utilizadas prática de conservação do solo?
- 9) Você faz uso de agrotóxicos?
- 10) Faz calagem no solo?
- 11) Existe arrendatário na sua propriedade?

9.2 Informações emitidas por técnicos

- 1) Você concorda que está ocorrendo fracionamento de terras no Município de Viçosa do Ceará? Se afirmativo, então, você atribui isso a que?

PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

A

- 1 Nome: Edmilson da Silva Sena
- 2 Idade: 39 anos
- 3 Profissão: Técnico em Agropecuária
- 4 Instituição em que trabalha: EMATERCE
- 5 Atividade Profissional.: Apoio de assistência técnica às comunidades rurais
- 6 Cargo que ocupa: Técnico Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário (TADA). Atualmente ocupa o cargo de Coordenador do Escritório local.
- 7 Tempo de trabalho desempenhado na área: 17 anos

B

- 1 Nome: Raimundo da Silveira Carvalho Filho
- 2 Idade: 50 anos
- 3 Profissão: Engenheiro Agrônomo - Especialista em Economia dos Recursos Naturais Renováveis e Política Ambiental
- 4 Instituição onde trabalha: IBAMA - Fortaleza.
- 5 Atividade Profissional: licenciamento e análise de projetos de zoológicos, criadores de animais silvestres para fins científicos e econômicos e trabalho de coordenação de supervisão das unidade de conservação e preservação.
- 6 Cargo que ocupa: Chefe do setor de ecossistemas.
- 7 Tempo de trabalho desempenhado na área: período de 76 a 87 (11 anos no Parque Nacional de Ubajara - Serra da Ibiapaba).

C

- 1 Nome: Raimundo Wilton Bezerra e Silva
- 2 Idade: 54 anos
- 3 Profissão Engenheiro Agrônomo
- 4 Instituição onde trabalha ou trabalhou: EMATERCE - Viçosa do Ceará
- 5 Atividade Profissional: Assistência técnica ao agricultor e às comunidades rurais do Município.
- 6 Cargo que ocupa ou ocupou: Chefe de escritório e extensionista agrícola.
- 7 Tempo de trabalho na área: período de 88 a 92 (EMATERCE de Viçosa do Ceará) 4 anos. período de 71 a 88 (EMATERCE de Tianguá - Ubajara e Viçosa do Ceará - 17 anos)



FOTO 1 - Os solos de Viçosa do Ceará têm sido utilizados em grande parte para as práticas de agricultura, tais como plantio de fruteiras, hortaliças e culturas de subsistência (EMATER, 1994).



FOTO 2 - Em geral não se pratica a conservação de solos, plantando-se, inclusive, morro abaixo (EMATER, 1994).



FOTO 3 - Segundo a EMATER (1994), 220 km² da área úmida se encontra degradada



FOTO 4 - Cana de açúcar: uma das principais culturas permanentes do Município (IBGE, 1992)



FOTO 5 - Maracujá: uma das principais culturas temporárias do Município (IBGE, 1992).



FOTO 6 - A cultura de hortaliças ocupa posição relevante na receita do Município (EMATER, 1994)



FOTO 7 - A maneira como tem sido explorada a cultura de hortaliças em Viçosa do Ceará tem causado danos ao solo. Não existe para esses cultivos um sistema de irrigação adequado (EMATER, 1994).

